

EDINA TERESINHA MARQUES PÉPES

**CRIMINALIDADE NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA: UM PARALELO COM O
DESEMPENHO SÓCIO-ECONÔMICO.**

Monografia a ser apresentada para a
Conclusão do Curso de Ciências
Econômicas do setor de Ciências Sociais
Aplicadas da Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Professora Angela Welters.

CURITIBA 2004

EDINA TERESINHA MARQUES PÉPES

**CRIMINALIDADE NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA: UM PARALELO COM O
DESEMPENHO SÓCIO- ECONÔMICO**

Monografia a ser aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas no Curso de Ciências Econômicas do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, pela Comissão formada pelos professores:



Orientadora: Angela Welters
Departamento de Economia – UFPR



Prof. Ademir Clemente
Departamento de Contabilidade – UFPR



Prof. Luiz Antonio Damakoski
Departamento de Economia - UFPR

Curitiba, 01 de dezembro de 2004.

AGRADECIMENTO

Gostaria de deixar registrado aqui, o quanto foi difícil para que conseguisse finalizar o curso, em virtude de alguns problemas na vida particular tornou-se uma árdua missão. Tenho certeza de que se não fosse a ajuda dessas pessoas as quais irei citar não teria conseguido.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Deus por tudo que têm feito em minha vida. Obrigado pelo seu cuidado, pela família que me deu.

Quero deixar aqui registrado o meu agradecimento à você professora Ângela por ter orientado este trabalho e compreendido as dificuldades que ao longo do ano tive para corresponder os objetivos desta monografia, desta maneira talvez tenha deixado a desejar alguma coisa, mas quero que saiba o quanto fico agradecida pela sua dedicação e acompanhamento durante todo o ano e aproveitando enfatizar o tanto competente e qualificada que és em sua profissão.

Agradeço, à você meu esposo que foi uma das pessoas das quais mais me apoiaram fazendo acreditar que conseguiria, meu muito obrigado e eu te amo muito, aos meus dois filhos Isabella e Fernando os quais sacrifiquei certos momentos com minha ausência para que algum dia tenham orgulho de sua mãe, amo muito vocês também. Aos meus pais gostaria de agradecer, pois embora in memória minha mãe tenho certeza que ficaria muito feliz em me ver formada, meu pai mesmo à distância sempre esteve me incentivando da mesma forma, então meu muito obrigado, à você minha sogra Antonia também tenho muito a agradecer, pois foi a pessoa na qual me apoiei bastante durante o curso todo, não só isso mas também nos momentos de dificuldade esteve ao meu lado me animando, muito obrigada, aos colegas, amigos, aos professores, as minhas irmãs enfim a todos que por algum motivo estiveram colaborando para que conseguisse me formar, muito obrigada, levo todos vocês para sempre no meu coração.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE FIGURAS.....	viii
RESUMO.....	ix
1 - INTRODUÇÃO.....	1
2 - REFERÊNCIAL TEÓRICO.....	2
2.1 - ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A VIOLÊNCIA.....	2
2.2 - CRIMINALIDADE: ALGUNS ESTUDOS EMPÍRICOS PARA O BRASIL.....	10
3 - A CRIMINALIDADE NO BRASIL.....	13
3.1 - CRIMES CONTRA A PESSOA.....	14
3.1.1 - Homicídios.....	14
3.1.2 - Lesões Corporais.....	19
3.2 - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.....	23
3.2.1 - Roubos.....	23
3.2.2 - Roubos Seguidos de Morte.....	27
3.2.3 - Roubos de Veículos.....	29
3.2.4 - Extorsão Mediante Seqüestro.....	31
3.2.5 - Crimes Violentos Contra o Patrimônio.....	35
3.2.6 - Furtos.....	37
3.2.7 - Furtos de Veículos.....	39
4 - INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	44
4.1 - PIB DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO.....	44
4.2 - PIB <i>PER CAPITA</i>	46
4.3 - DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	47
4.3.1 - Índice de GINI.....	47
4.3.2 - Razão da RENDA.....	48
4.4 - PROPORÇÃO DOS POBRES.....	51
4.5 - TAXA DE DESEMPREGO.....	55
5 - COMPARAÇÃO ENTRE CRIMES E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS.....	59
6- CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS.....	64

LISTA DE TABELAS.

TABELA 1 - TAXA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO NAS UF E REGIÕES POR 100 MIL HABITANTES (1994-2002) EM %.....	15
TABELA 2 - TAXA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO NAS CAPITAIS E REGIÕES POR 100 MIL HABITANTES (1994-2002) EM %.....	16
TABELA 3 - TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DOS HOMICÍDIOS NAS CAPITAIS, REGIÕES METROPOLITANAS (SEM CAPITAIS) E INTERIOR DE 1993/2002 EM %.....	17
TABELA 4 - OCORRÊNCIAS DE LESÕES CORPORAIS, POR 100 MIL HABITANTES NOS ESTADOS EM 2001/2002 E CAPITAIS DE 1999/2001 EM %.....	19
TABELA 5 - OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELAS POLÍCIAS CIVIS RELATIVAS À LESÃO CORPORAL, SEGUNDO NÚMERO E TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, NAS REGIÕES E NO BRASIL EM %.....	21
TABELA 6 - OCORRÊNCIAS DE ROUBOS (1), POR 100 MIL HABITANTES NOS ESTADOS DE 2001/2002 EM %	24
TABELA 7 - OCORRÊNCIAS DE ROUBOS (1), POR 100 MIL HABITANTES NAS CAPITAIS DE 1999/2001 EM %.....	25
TABELA 8 - OCORRÊNCIAS REGISTRADAS RELATIVAS À ROUBOS, SEGUNDO NÚMERO E TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, NO BRASIL E REGIÕES DE 2001/2003.....	26
TABELA 9 - OCORRÊNCIAS DE ROUBOS SEGUIDOS DE MORTE, POR 100 MIL HABITANTES E VALORES ABSOLUTOS NAS CAPITAIS E DISTRITO FEDERAL DE 1999/2001.....	27
TABELA 10- OCORRÊNCIAS REGISTRADAS RELATIVAS À ROUBOS, SEGUNDO NÚMERO E TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, NO BRASIL E REGIÕES DE 2001/2003.....	30
TABELA 11- OCORRÊNCIAS DE EXTORSÃO MEDIANTE SEQÜESTRO, POR 100 MIL HABITANTES NOS ESTADOS DE 2001/2002 E CAPITAIS DE 1999/2001 EM %	32
TABELA 12- OCORRÊNCIAS REGISTRADAS RELATIVAS À EXTORSÃO MEDIANTE SEQÜESTRO, SEGUNDO NÚMERO E TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, NO BRASIL E REGIÕES.....	33

TABELA 13-	OCORRÊNCIAS DE CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO; EM NÚMERO E TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, NO BRASIL E REGIÕES.....	35
TABELA 14-	OCORRÊNCIAS DE FURTOS(1), POR 100 MIL HABITANTES NOS ESTADOS DE 2001/2002 E CAPITAIS DE 1999/2001 EM %.....	38
TABELA 15-	OCORRÊNCIAS DE FURTOS DE VEÍCULOS, POR 100 MIL HABITANTES NOS ESTADOS DE 2001/2002 E NAS CAPITAIS DE 1999/2001 EM %.....	39
TABELA 16-	OCORRÊNCIAS RELATIVAS À FURTOS SEGUNDO NÚMERO E TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, NO BRASIL E REGIÕES DE 2001/2003.....	41
TABELA 17-	ESTRUTURA DO PIBCF POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE 1985/1998, EM %.....	45
TABELA 18-	PIB PER CAPITA (R\$) SEGUNDO UF DE 1998/2001.....	46
TABELA 19-	ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTOS, POR GRANDES REGIÕES – 1992/2001.....	48
TABELA 20-	NÚMERO DE VEZES QUE A RENDA DOS 20% MAIS RICOS SUPERA A DOS 20% MAIS POBRES, SEGUNDO UF E NO BRASIL, PERÍODO DE 1995/2002.....	49
TABELA 21-	NÚMERO DE VEZES QUE A RENDA DOS 20% MAIS RICOS SUPERA A DOS 20% MAIS POBRES, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS, DE 1995/2002.....	51
TABELA 22-	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO EM ESTADO DE POBREZA, NOS ESTADOS E NO BRASIL DE 1995/2002.....	53
TABELA 23-	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO EM ESTADO DE POBREZA, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS, DE 1995/2002.....	54
TABELA 24-	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DESOCUPADA, NOS ESTADOS E NO BRASIL DE 1995/2002.....	55
TABELA 25-	PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DESOCUPADA, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS, DE 1995/2002.....	58

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO: 1 -	HOMICÍDIOS NO BRASIL POR FAIXA ETÁRIA (2002).....	18
MAPA 1:	MAPA COMPARATIVO DAS TAXAS DE OCORRÊNCIAS DE LESÕES CORPORAIS REGISTRADOS PELAS POLÍCIAS CIVIS ENTRE 2001 E 2003, SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS DO BRASIL.....	22
MAPA 2:	MAPA COMPARATIVO DAS TAXAS DE OCORRÊNCIAS DE ROUBOS REGISTRADOS PELAS POLÍCIAS CIVIS ENTRE 2001 E 2003, SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS DO BRASIL.....	31
MAPA 3:	MAPA COMPARATIVO DAS TAXAS DE OCORRÊNCIAS DE EXTORSÃO MEDIANTE SEQÜETRO REGISTRADOS PELAS POLÍCIAS CIVIS ENTRE 2001 E 2003, SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS DO BRASIL.....	34
MAPA 4:	MAPA COMPARATIVO DAS TAXAS DE OCORRÊNCIAS DE CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO ENTRE 2001 E 2003, SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS DO BRASIL.....	36
MAPA 5:	MAPA COMPARATIVO DAS TAXAS DE OCORRÊNCIAS DE FURTOS REGISTRADOS PELAS POLÍCIAS CIVIS ENTRE 2001 E 2003, SEGUNDO REGIÕES GEOGRÁFICAS DO BRASIL.....	42
GRÁFICO: 2 -	NÚMERO DE VEZES QUE A RENDA DOS 20% MAIS RICOS SUPERA A DOS MAIS POBRES NAS REGIÕES DO BRASIL DE (1995-2002).....	50
GRÁFICO: 3 -	PROPORÇÃO DOS POBRES NAS REGIÕES DO BRASIL DE (1995-2002).....	52
GRÁFICO: 4 -	TAXA DE DESEMPREGO NAS REGIÕES DO BRASIL DE (1995-2002).....	57

RESUMO

Procura-se traçar um panorama do Brasil através dos dados referentes aos indicadores econômicos e a criminalidade que possibilitem fazer comparações entre os mesmos. Destaca-se a teoria da escolha racional cujo expoente é Gary Becker, na qual o indivíduo teria opção entre o mercado legal e o ilegal de emprego, procurando suprir suas necessidades financeiras. Crimes contra a pessoa e contra o patrimônio determinaram o cenário da criminalidade no Brasil, observando através de dados estatísticos buscados no Ministério da Saúde e SENASP. Os indicadores socioeconômicos pretendem da mesma forma visualizar, em que condições; estados e regiões brasileiras se encontram. A partir da análise dos destes dados pode-se concluir que, existindo uma possível relação na tendência dos mesmos ao longo do período abordado, teoria e realidade se aproximam. Mas, apesar de existirem locais onde ocorreram aumentos dos crimes de Furtos e Roubos e de taxa de desemprego com má distribuição de renda das pessoas, não se pode explicar um fenômeno como a criminalidade através de apenas alguns indicadores econômicos. Sendo assim entre outros problemas que o Brasil vem enfrentando ao longo do tempo, o aumento dos crimes está afetando os indivíduos, ao mesmo tempo, que estes sofrem com altas taxas de desemprego, má distribuição de renda e desigualdade social, refletidos através dos dados deste trabalho. No intuito de relacionar os crimes ao desempenho de indicadores socioeconômicos, sugere-se a extensão deste estudo, considerando um maior número de variáveis, para que então, seja possível esclarecer de maneira incontestante as relações entre estes dois fenômenos.

1 – INTRODUÇÃO:

Este estudo vem discutir um dos aspectos crescentes dentro do cenário da última década no Brasil, que provocam efeitos negativos no dia-a-dia das pessoas, que é a criminalidade.

Diversas teorias buscam explicar a razão pela qual os indivíduos tomariam determinada decisão, que os levaria ao mundo do crime.

Dentre as várias teorias, existem aquelas referentes à relação entre criminalidade e desempenho sócio-econômico, ou seja, se o dinamismo econômico pode provocar um aumento no número de crimes; se a desigualdade social, tão explícita no país, pode agravar esse comportamento; se a falta de emprego, que faz com que as pessoas não consigam obter renda, é um agravante.

Os autores dessas teorias vão procurar através de correlações e variáveis explicativas, responder porque este fenômeno criminalidade vem crescendo ao longo dos anos.

Assim os capítulos a seguir procuram responder a essas questões, de forma a tentar relacionar os aumentos dos crimes com os de taxa de desemprego e má distribuição de renda no Brasil.

O capítulo 2 traz uma revisão da literatura disponível, através de um resumo de algumas teorias acerca da criminalidade, bem como de alguns estudos empíricos.

O capítulo 3 traz um diagnóstico da criminalidade, buscando mostrar a evolução dos crimes contra a pessoa e o patrimônio procurando analisar em quais regiões brasileiras há uma maior incidência destes crimes.

O Capítulo 4 contém os dados de alguns indicadores sócio-econômicos selecionados, os quais a partir de sua dinâmica poderiam explicar o crescimento da criminalidade no Brasil.

Por fim, no Capítulo 5 são feitas algumas considerações finais acerca das prováveis relações entre o desempenho sócio-econômico e o crescimento da criminalidade no Brasil no período recente.

2 - REFERENCIAL TEÓRICO.

2.1 - ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A VIOLÊNCIA.

Entre as teorias que explicam as causas da violência e criminalidade estão as que justificam-na pelo lado social e outras voltadas a tentar explicar segundo os conceitos econômicos. A idéia neste trabalho é privilegiar a noção dos componentes econômicos ligados a criminalidade sem, contudo, negligenciar o papel das questões sociais relacionadas ao crime e à violência em geral.

Segundo CERQUEIRA e LOBÃO (2003a) as principais abordagens sobre a violência seriam:

Teorias focadas nas patologias individuais que relacionam fatores como a formação óssea do crânio, o formato das orelhas e algumas outras características físicas que também podem determinar as diferenças entre os criminosos e os não criminosos, esta defendida por LOMBROSO (1968). Nessa mesma abordagem fala-se a respeito de desordens mentais como alcoolismo, neuroses de HEKEEM (1958), e também de baixa inteligência de CRESSEY (1968) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a)

Todas estas abordagens foram abandonadas após a segunda guerra mundial porque após vários estudos chegou-se a conclusão que os desvios ou disfunções que realmente a maioria dos criminosos apresentavam, estavam relacionadas, normalmente à infância e não a estrutura física como se imaginou anteriormente.

Teoria da Desorganização social: esta teoria enfatiza o papel, dos parentescos, dos círculos de amizades, dos processos de socialização do indivíduo, na verdade prevê que os desvios ocorrem por influência do meio em que se vive.

Segundo autores como SAMPSON E GROVES (1989), MIETHE, HUGHES E MCDOWALL (1991) e WARNER E PIERCE (1993) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a), através de estudos empíricos procuraram testar a teoria nas quais foram utilizadas variáveis dependentes a cinco tipos de crimes diferentes (assaltos e roubos de rua, violência perpetrada por estranhos, arrombamentos e roubos auto-imputados e vandalismo) e mais o total de vitimizações, sendo assim testadas oito variáveis explicativas: status socioeconômico, heterogeneidade étnica, estabilidade

residencial, desagregação familiar, urbanização, redes de amizades, local, grupos de adolescentes sem supervisão e participação organizacional. Os fatores mais importantes que registraram 5% de significância foram desagregação familiar, urbanização, grupos de adolescentes sem supervisão e participação organizacional, por tratarem de efeitos indesejáveis nestes tipos de organização. Este trabalho foi feito por SAMPSON E GROVES (1989 na Grã-Bretanha) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a).

HUGHES E MCDOWALL (1991) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a), pesquisaram registros policiais de 584 cidades americanas para os anos 1960, 70 e 80, tentando explicar os homicídios, roubos e arrombamentos comparando com variáveis como a taxa de desemprego, a heterogeneidade étnica, a mobilidade residencial, o controle institucional e a existência de mais de um morador por cômodo. A conclusão que se tirou da maioria destes estudos foi a de que existe uma relação negativa entre crimes e coesão social.

A Teoria Estilo de vida, segundo os autores a teoria do estilo de vida observa três elementos sendo eles, as vítimas, os agressores e a tecnologia de proteção, que diz respeito ao estilo de vida da vítima. Então as pessoas que saem menos de casa para se divertir, estariam menos sujeitas aos crimes, da mesma forma as que trabalham em casa ou as que não moram sozinhas, evitariam assim as agressões. Desta maneira as pessoas deveriam escolher bem os seus horários para saírem as ruas uma vez que podem estar provocando a ação criminosa. CERQUEIRA E LOBÃO (2003 a, pág : 7).

Teoria da associação diferencial (aprendizado social) inaugurada por SUTHERLAND (1942) e como seu principal autor MATSUEDA (1982) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a). MATSUEDA foi responsável por vários estudos empíricos que pudessem testar esta teoria a qual trata principalmente dos jovens determinando seus comportamentos a partir de suas experiências pessoais em relação a momentos de conflito; enfatizando o papel da família, do grupo de amizades e da comunidade. Dessa maneira, estes relacionamentos seriam captados por uma

(...) determinação favorável ao crime (DEF), mas como esta medida não pode ser mensurada foram observadas outras variáveis relacionadas ao grau de supervisão familiar, intensidade de coesão nos grupos de amizades, existências de amigos que foram em algum momento, pegos pela polícia, percepção dos jovens acerca de outros jovens na vizinhança que se envolvem em problemas, e se o jovem mora com os dois pais. (CERQUEIRA E LOBÃO 2003a, página: 8).

Encontraram evidências favoráveis à existência da variável latente (DEF), ou seja, para a determinação favorável ao crime.

Teoria do Controle social, procura mudar o foco do crime apontando o que leva as pessoas a cometerem os crimes. “...baseia-se inteiramente na idéia do controle social a partir do sentido de ligação que a pessoa tem com a sociedade, ou dito de outra forma, a partir da crença (e concordância) dessa pessoa no trato ou acordo social.” (CERQUEIRA E LOBÃO, 2003a, pág.8).

Sendo assim o indivíduo com participação na sociedade e com valores éticos e morais bem definidos certamente não se tornaria um criminoso. Os trabalhos empíricos que foram realizados procuraram confirmar as hipóteses através de pesquisas domiciliares, dando ênfase para variáveis latentes como crença nos valores, acordos, etc. No que diz respeito à afeições familiares compromissos escolares, os questionários respondidos atestam fortemente a teoria. Estas abordagens foram feitas por AGNEW (1991),(1992),(1993), PATERNOSTER E MAZEROLLE (1994), JUNGER-TAS (1992) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a).

Teoria do Autocontrole, nesta os indivíduos criminosos se diferenciariam pelo fato de terem comportamentos desviantes ou desenvolverem vícios como alcoolismo, drogas, promiscuidade sexual, fumo, jogos de azar entre outros.

(...) Tal ‘anormalidade’ decorreria de deformações no processo de socialização da criança, motivadas pela ineficácia na conduta educacional ministrada pelos pais, que falharam em não impor e estabelecer limites à criança, seja por consequência da falta de uma supervisão mais próxima, ou seja por negligenciar eventuais faltas de comportamento da criança, não impondo relativas punições à mesma, endossando assim o seu comportamento egoísta. GOTTFREDSON E HIRSCHI (1990) apud (CERQUEIRA E LOBÃO, 2003a , pág.9).

Estes descontroles ocorreriam mais na fase da adolescência e da juventude, para a obtenção de prazer no curto prazo sem pensar nas consequências dos atos para terceiros e a si próprio. Embora terem sido feitos estudos empíricos a favor da explicação da teoria do autocontrole para a delinquência, os autores CERQUEIRA E LOBÃO (2003a) fazem duas críticas a ela. A primeira se refere ao fato de apenas uma variável que seria o autocontrole explicar um conjunto de comportamentos desviantes, colocando a teoria em dúvida. Por outro lado o fato da correlação do comportamento desviante com a criminalidade pode não ter nada a ver com o sentido causal. Nesta maneira na opinião dos autores dever-se-ia levar em conta o

período adulto nas pesquisas sobre forma de comportamento, o que não é uma tarefa fácil de ser feita.

A Anomia é outra teoria que se encontra entre as mais tradicionais explicações sociológicas a respeito da criminalidade. Teoria de MERTON (1955) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a). Esta abordagem afirma que o indivíduo ao não conseguir atingir metas previstas por ele, seria levado à delinquência, uma dessas metas poderia ser o sucesso econômico. COHNEN (1955) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a), aborda a questão do status social, desta forma sugere três perspectivas distintas quanto à sua aferição: a) diferenças das aspirações individuais e os meios econômicos disponíveis, ou expectativa de realização; b) oportunidades bloqueadas AGNEW (1987) E BURTON E CULLEN (1992); c) privação relativa BURTON ET ALLI (1994) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a).

A primeira trata da anomia do indivíduo querer e não poder, alcançar seus objetivos por motivos financeiros, os quais não estão disponíveis. Na segunda hipótese, o indivíduo está privado por condições externas como, por exemplo, o desemprego, não conseguindo atingir seus objetivos, na terceira privação relativa percebe-se o desequilíbrio social onde poucos têm muito e muitos tem pouco, criando uma revolta.

Recentemente AGNEW (1992) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a) estende a teoria para poder melhor compreendê-la, abordando as frustrações entre aspirações individuais e os meios socialmente existentes.

(...) Para contemplar o foco de divergências que derivam do fato de outros terem retirado do indivíduo algo de valor (não estritamente material), em primeiro lugar, e o fato de que as pessoas são confrontadas com circunstâncias negativas engendradas por discordâncias ou divergências sociais, por último. Esse desenvolvimento, que ficou conhecido como Teoria Geral da Anomia, foi testado por AGNEW e WHITE (1992), AGNEW (1993), PATERNOSTER e MAZEROLLE (1994) e HOFFMANN e MILLER (1998) citados por (CERQUEIRA E LOBÃO 2003a, pág.11)

Todos esses trabalhos encontraram evidências empíricas a favor, onde várias categorias de crimes e contravenções foram explicadas a partir de uma série de variáveis que demonstraram os vários focos de tensão social. Cita-se: distância entre aspirações individuais e expectativas, oportunidades bloqueadas, frustrações

relativas, eventos de vida negativos, sofrimento cotidiano, relações negativas com adultos, brigas familiares, desavenças com vizinhos e tensões no trabalho.

Teoria Interacional, segundo THORBERRY (1996) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a), esta prevê que o delito ocorre por um processo interacional dinâmico, ou seja, um conjunto de fatores e processos sociais, de perspectiva interacional como causa e consequência para as ações criminais.

(...) há dois elementos importantes suportando essa abordagem: a perspectiva evolucionária e os efeitos recíprocos. A perspectiva evolucionária consubstancia-se pela presunção de que o crime não é uma constante na vida do indivíduo, mas é um processo em que a pessoa inicia sua atividade criminosa em torno dos 12 ou 13 anos (iniciação), aumenta o seu envolvimento em tais atividades por volta dos 16 ou 17 anos (desenvolvimento), finalizando esse processo até os 30 anos. ENTORF E SPENGLER (2002) (CERQUEIRA E LOBÃO 2003a, pág 12).

Os efeitos recíprocos se referem à causa e efeito das variáveis explicativas entre si algumas como: ligação com os pais, notas, envolvimento escolar, grupos de amizades, punição paternal para desvios, ligações com grupos delinquentes etc.

THORBERRY (1996), CERQUEIRA E LOBÃO (2003a), elaborou, discussões acerca de 17 estudos dos quais identificou em 16 a relação bidirecional entre as variáveis explicativas da teoria interacional sendo elas ligação com os pais, notas, envolvimento escolar, grupos de amizades, punição paternal para desvios, ligação com grupos delinquentes e o comportamento delincente, comprovando o efeito feedback proposto pela teoria.

Teoria Econômica da Escolha Racional, cujo expoente é GARY BECKER (1968) CERQUEIRA E LOBÃO (2003a), com o artigo: *CRIME AND PUNISHMENT: AN ECONOMIC APPROACH* impôs um marco à abordagem acerca dos determinantes da criminalidade. BECKER "... ao desenvolver um modelo formal em que o ato criminoso decorreria de uma avaliação racional em torno dos benefícios e custos esperados aí envolvidos, comparados aos resultados da alocação do seu tempo no mercado de trabalho legal." (CERQUEIRA E LOBÃO 2003a, pág. 12).

A decisão de cometer ou não um crime estaria no fato de quanto ele iria lucrar com este ato, ou seja, com a possibilidade de ser preso perdendo a sua liberdade, todavia, contando com a possibilidade de não ser pego estaria obtendo um salário alternativo. Basicamente todas as abordagens da escolha racional trabalham com dois fatores: fatores positivos (que levariam o indivíduo a escolher o

mercado legal), como salário, a dotação de recursos do indivíduo entre outros e os fatores negativos, ou dissuasórios, como a eficiência do aparelho policial e a punição.

As pesquisas empíricas a respeito do modelo microeconômico que focaliza os determinantes individuais da criminalidade, foram construídas através de dados agregados regionalmente, por falta de dados individualizados tornando-se fato da dificuldade de aferição do modelo de escolha racional. O custo dessa hipótese é que o criminoso atua na mesma região em que reside, então quanto menor for a unidade geográfica, mais inverossímil tende a ser as hipóteses, ao contrário, as informações se perdem em média agregada.

EHRlich (1973) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a) investigou também em relação aos crimes contra a propriedade e percebeu uma oportunidade oferecida pelas vítimas. Então adotou duas medidas para essa oportunidade oferecida: a) a renda mediana das famílias de determinada comunidade; e b) o percentual de famílias que recebem até o primeiro quartil da renda da comunidade. Percebendo então uma relação positiva significativa entre as medidas de desigualdade enunciadas e os vários tipos de crimes.

(...) existem diferenças éticas e psicológicas envolvidas no processo de decisão do indivíduo da escolha entre os setores legal e ilegal, o problema da oferta de crimes deveria ser formulado em termos de uma estrutura de preferências multifatorial, que levasse em conta outros aspectos que não apenas à renda BLOCK E HEINECKE (1975) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a, pág.13).

Em ZHANG (1997) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a), se referindo ao aspecto anteriormente citado, no qual a alocação ótima do tempo do indivíduo dependeria, dos custos e benefícios alternativos associados aos mercados legais e ilegais, do nível de riqueza do indivíduo, assim ZHANG (1997), desenvolveu um modelo formal de modo a incluir entre as variáveis que condicionariam o crime à existência de programas sociais que possibilitariam ao indivíduo acesso a um nível mínimo de bem-estar. ZHANG (1997), utilizando dados em nível de estados, procurou explicar crimes contra a propriedade observando três conjuntos de variáveis de natureza econômica; as relacionadas à existência de programas sociais e as de repressão judicial, controlados ainda por outras características da população.

(...) As variáveis utilizadas foram: desigualdade, desemprego, probabilidade de detenção, prisão e condenação, tamanho da sentença, os pagamentos sociais per capita do estado, o número de beneficiários dos programas dividido pela população do estado e a razão entre os benefícios máximos (AFDC) de famílias com crianças dependentes com relação à ajuda-padrão para família com três membros. ZHANG (1997) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a, pág. 13).

Os resultados para as três últimas variáveis, condicionadas a um nível mínimo de bem-estar aos indivíduos, são negativos e significativos para várias especificações das equações.

Segundo LEUNG (1995) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a) os antecedentes criminais diminuem os retornos esperados futuros no mercado legal no seguinte sentido: a) o estigma que o mesmo passa a sofrer da sociedade (ainda mais se é ex-apenado); e b) a depreciação do capital humano, condicionada pelas perdas naturais das habilidades anteriores e pela ausência de investimento em educação e treinamento profissional pelo período em que o mesmo encontrava-se alocando seu tempo em atividades criminosas, ou encarcerado.

Também interações sistêmicas foram introduzidas nos modelos econômicos.

(...) A idéia básica era que índices de criminalidade maiores, em determinada região, para um determinado dispêndio em segurança pública, levariam a uma percepção, por parte do ofensor, de haver uma probabilidade menor de aprisionamento. Nesse caso, um aumento exógeno nos índices de criminalidade de determinada região só seria revertido por meio de um maior dispêndio nos recursos com segurança. SAH (1991) E POSADA (1994) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a, pág. 14).

Outra questão também abordada, refere-se a reintegração social do criminoso representando o custo do crime, seja pela moral, referindo-se a reintegração, seja pela tecnologia que tem que ser aplicada.

FREEMAN (1994) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a), fez trabalhos empíricos envolvendo o mercado de trabalho e crime, porém não houve correlação que pudesse ser afirmada, mas na questão do desemprego houve correlações espúrias, ou seja, não muito confiáveis. Nesses estudos, a evidência mostra que os encarcerados têm maior probabilidade de ter menos renda ou menos emprego que outros grupos.

“...jovens empregados menos tempo do que outros têm probabilidade maior de ser presos. Por outro lado, os dados podem estar refletindo no fato de as

peessoas detidas serem mais inaptas para o sucesso na sociedade por causa de características pessoais.” TAUCHEN, WITTE E GRIESINGER (1994) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a, pág. 15).

Três abordagens diferentes poderiam esclarecer mais: a) observar a pessoa em dois momentos diferentes, com emprego e sem emprego; b) observar a relação do comportamento criminoso individual com as características da área, no que diz respeito à taxa de desemprego e renda e c) estimar a oferta trabalho, a participação criminal, salários previstos e rentabilidade do crime.

GOULD, WEINBERG E MUSTARD (2000) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a), também fizeram pesquisas de campo e analisaram os seguintes aspectos: a) resultados sobre o segmento do mercado de trabalho não-especializado (melhor do que sobre o mercado como um todo); b) ao invés de concentrarem-se apenas no desemprego, observaram também os salários reais dos não-especializados; e c) desagregaram o mercado de trabalho para colocar enfoque específico sobre os jovens. Os resultados apontam que os homens jovens não especializados são os que respondem ao custo de oportunidade do crime. No estudo foram observadas algumas variáveis como: composição industrial da área, tendência industrial agregada e mudanças demográficas dentro das indústrias no nível agregado. Os resultados mostraram uma tendência no longo prazo dos crimes poderem ter sido influenciados por uma defasagem salarial, muito maior do que pelo desemprego. O trabalho não encontrou evidências de que condições econômicas, relacionadas ao mercado de trabalho, afetam o crime, referindo-se à parcela das pessoas educadas.

Estudo feito por WOLPIN (1978) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003^a, p.16), relacionou seis tipos de crimes diferentes ocorridos na Inglaterra e no País de Gales, desde 1894 a 1967 e ainda utilizou seis variáveis de dissuasão judicial (o que é difícil de encontrar disponível, mesmo nos países desenvolvidos) relacionadas como: “(...) taxa de esclarecimento do crime, taxa de condenação, taxa de aprisionamento, taxa de multa, taxa de reconhecimento e tempo de sentença média. (...)” segundo o autor “(...) as que se mostram mais importantes e estatisticamente significativas foram a taxa de esclarecimento seguida da taxa de aprisionamento. Surpreendentemente, a variável punição resultou em estatísticas não-significativas em todas as regressões geradas.(...)”

Nas abordagens feitas por ENTORF E SPENGLER (2000) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a), os quais utilizaram em seu modelo, além da taxa de esclarecimento do crime, o PNB per capita e a taxa de desemprego, observaram que a maior significância estaria nas variáveis renda e renda relativa no que diz respeito a crimes contra a propriedade.

CERQUEIRA E LOBÃO fazendo uso do estudo de FAJNZYLBER, LEDERMAN E LOAYZA (1998), que se baseia no modelo de escolha racional para explicar os determinantes da criminalidade, destaca:

(...) Dentre as variáveis explicativas estatisticamente e com sinal negativo incluem-se a taxa de crescimento do PIB, a probabilidade de aprisionamento e de severidade do sistema judicial e o nível de capital social, medido pelo grau de confiança nos *World Value Surveys*. Com sinal positivo, resultaram: o índice de Gini, a taxa de criminalidade defasada um período, a existência de produção e consumo de drogas no país, o grau de urbanização e o grau de polarização na distribuição da renda.(...) CERQUEIRA E LOBÃO (2003a, pág. 17).

Todas as abordagens dos vários autores destacadas até aqui, apresentam diferentes explicações para o fenômeno da criminalidade. Na seqüência, serão apresentados alguns estudos a respeito desse tema no Brasil.

2.2. ALGUNS ESTUDOS EMPÍRICOS PARA O BRASIL.

Os primeiros estudos a respeito da criminalidade no Brasil datam dos anos oitenta podendo-se destacar os trabalhos de COELHO (1988) e PAIXÃO (1988) analisando o cenário da violência em Minas Gerais. Esses autores "(...) criticavam a importância de fatores socioeconômicos na determinação da criminalidade, em detrimento de variáveis mais relacionadas à eficácia do sistema de justiça criminal, principalmente do que diz respeito à polícia.(...)" COELHO E PAIXÃO apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a, pág.17).

ZALUAR (1985) no Rio de Janeiro, apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003a), baseou-se em trabalhos etnográficos nas favelas e comunidades, observando vários fenômenos de violência relacionados ao contexto social das mesmas deixando entender de que existe alguma relação entre crime e o contexto social.

Dentre outros vale observar um modelo desenvolvido por ANDRADE E LISBOA (2000) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003b), utilizando os dados para

homicídios do (SIM/DATASUS) para São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, entre 1991 e 1997, com base na vitimização por idade, desenvolveram um modelo.

(...) A análise dos autores por coortes permitiu-os identificar uma relação negativa estatisticamente, significativa dos homicídios com relação ao salário real, e uma relação positiva com relação à desigualdade, para faixas etárias inferiores a 20 anos. Os autores ainda encontraram um sinal negativo (significativo) entre desemprego e crime, ANDRADE E LISBOA (2000) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003b, pág. 18).

Sendo assim pode-se encontrar evidências a respeito da maioria das vitimizações serem cometidas por jovens os quais permanecem para o resto do ciclo de suas vidas na criminalidade.

CANO E SANTOS (2001), apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003b), afirmaram ter correlação entre taxas de urbanização e taxas de homicídios nos estados brasileiros.

MENDONÇA (2000) apud CERQUEIRA E LOBÃO (2003b) desenvolveu estudo a respeito da insatisfação na função utilidade, baseada na diferença entre o consumo corrente e uma cesta de consumo ideal. Mediu esta "insatisfação" pelo coeficiente de GINI, utilizando dados do Ministério da Saúde para homicídios, entre 1985 e 1995, o autor criou um painel onde dados estatísticos referentes a: taxa de urbanização, seguida pela desigualdade da renda num primeiro plano, e a renda média das famílias e o desemprego em um segundo plano, tendo todas essas variáveis os sinais esperados segundo a teoria da escolha racional.

CERQUEIRA E LOBÃO (2003b), desenvolveram um modelo de setor de produção criminosa, no qual

(...) a oferta de crimes regionalmente decorre da agregação das ofertas individuais, onde cada virtual criminoso se distingue dos demais pelo fato de cada um deles (ou cada extrato de renda) trabalhar com preços heterogêneos. A função de produção para cada participante do setor criminoso sofre ainda a externalidade da ação policial, da ação de outros virtuais criminosos e da densidade demográfica da região em que o mesmo atua. CERQUEIRA E LOBÃO (2003b, pág. 18).

Após testarem o modelo através de pesquisas feitas no Rio de Janeiro e São Paulo observaram que os homicídios respondem positivamente à renda, à desigualdade da renda e ao aumento da densidade demográfica e negativamente aos gastos em segurança pública com um período de defasagem. Os autores concluem que a criminalidade nesses dois estados é explicada principalmente pela

exclusão social, cuja desigualdade de renda é a ponta do iceberg. Sugerem a exaustão do modelo, principalmente no que se refere à polícia. CERQUEIRA E LOBÃO (2003b).

CARRERA FERNANDES & PEREIRA (2002) observaram ao longo de um estudo efetuado no qual contam alguns fatos interessantes a respeito deste fenômeno que é a criminalidade. Dentre eles o fato de tanto países desenvolvidos quanto os que estão em desenvolvimento sofrerem com a criminalidade até hoje. Outro fato intrigante é o de que os crimes contra o patrimônio têm crescido bastante nos últimos tempos, fato este constatado em várias pesquisas feitas em registros policiais. De acordo com os autores: *“No Brasil na região policial da Grande São Paulo (RPGSP), em 1997, beirou a expressiva marca de 800 mil ocorrências, sendo que os crimes contra o patrimônio foram aqueles que mais se destacaram, com quase 53% desse total de ocorrências”*. CARRERA FERNANDES & PERREIRA (2002), pág.195.

Essa expressiva representatividade seria maior se fossem descontadas desse total as ocorrências não criminais e as contravenções penais. Nesse caso, a participação dos crimes contra o patrimônio seria de aproximadamente 70% do total de ocorrências policiais. CARRERA FERNANDES & PEREIRA (2002), pág :195.

Os autores destacam que cerca de 5% do PIB se São Paulo é gasto no combate a criminalidade, outro estado brasileiro onde aparecem dados alarmantes é a Bahia, que apresentou em 1995 índices de furto e roubo da ordem de 8,7 por mil habitantes enquanto São Paulo foi de 5,42 por mil habitantes. Este índice apontado na Bahia só é comparável ao de algumas cidades americanas, tradicionalmente violentas, chegando a ultrapassar os índices verificados nas cidades de San Francisco (8,66), Los Angeles (8,15) e Nova York (8,14). Minas Gerais também se destaca com uma taxa de crescimento de criminalidade de 5% ao ano. CARRERA FERNANDES & PEREIRA (2002), pág:196.

Os autores CARRERA FERNANDES & PEREIRA, fazem algumas comparações entre a realidade brasileira na região da Grande São Paulo e a teoria da escolha racional. Apontam que entre outros problemas, os altos índices de desemprego e concentração de renda e baixos níveis de escolaridade são motivos que levam a população ao mundo da criminalidade. Estudada esta relação percebe-se que há uma correlação positiva entre as variáveis criminalidade e desemprego,

ou seja, os indivíduos que estão fora do mercado de trabalho acabam por optar por delitos na maioria furtos e roubos para que o seu sustento continue sendo garantido.

Ao concluírem o trabalho CARRERA FERNANDEZ & PERREIRA (2002) consideram que soluções relacionadas às questões socioeconômicas seriam mais eficientes no combate a criminalidade do que as ações policiais e da justiça, não as desconsiderando, entretanto, para o combate efetivo da criminalidade seria necessária a implementação de políticas públicas que se preocupassem com estas questões. No estudo feito para a região da Grande São Paulo, concluem que as políticas de redistribuição de renda são mais eficazes no combate a criminalidade.

3. CRIMINALIDADE NO BRASIL.

Este capítulo tratará de mostrar através de dados estatísticos a realidade brasileira na última década, posicionando quais estados, capitais e regiões se destacam por registrarem uma taxa elevada de crimes.

Para que um crime faça parte das estatísticas oficiais são necessárias três etapas sucessivas: o crime deve ser detectado, notificado as autoridades policiais e por último registrado no boletim de ocorrência. Pesquisas de vitimização realizadas no Brasil pelas Nações Unidas sugerem que, em média os organismos policiais registram apenas um terço dos crimes ocorridos. Além disso, o aumento das estatísticas oficiais de criminalidade podem estar refletindo flutuações causadas por operações policiais mais ou menos intensas ou por modificações de ordem legislativa ou administrativa. SENASP (2002)

Existem vários tipos de crimes que poderiam ser descritos, todavia, optou-se neste trabalho, observar dados referentes a dois grupos assim descritos como crime contra a pessoa e crime contra o patrimônio. Dentro dos crimes contra a pessoa aborda-se os homicídios com dados da última década e lesões corporais com registros para alguns anos. Os crimes contra o patrimônio observados serão os roubos, roubos de veículos, roubos seguido de morte, crimes violentos contra o patrimônio, os furtos, furtos de veículos e também as extorsões mediante seqüestro.

3.1. CRIME CONTRA A PESSOA.

São considerados crimes contra a pessoa, os homicídios dolosos (crime com a intenção), homicídios culposos (cometidos por imperícia, imprudência ou negligência) e ainda lesões corporais. As tabelas dos homicídios referem-se principalmente aos dados pesquisados nos registros de óbitos existentes no Ministério da Saúde, através de um estudo chamado Mapa da Violência. Os crimes de Lesão Corporal, baseiam-se no Boletim de Ocorrência e SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública).

3.1.1 Homicídios.

A Tabela 1 se refere aos Homicídios nos Estados, Regiões e no Brasil, registra-se uma taxa nacional de 21,4 em 1994, passou por oscilações, tendo um aumento para 28,4 homicídios em 100.000 habitantes em 2002. Observando os Estados em 1994 as maiores taxas de incidência (acima de 50 em cada 100.000 habitantes), estavam no Rio de Janeiro (48,9), Espírito Santo (43,3) e no estado do Amapá (35,9) por outro lado os Estados de menor incidência de homicídios (em torno de 10 em 100.000 habitantes), foram em 1994, Piauí (3,9), Maranhão (6,1) e Santa Catarina (7,1). No ano 2002 o Rio de Janeiro registra 56,5 Pernambuco (54,5) e Espírito Santo (51,2). Observando o estado de Pernambuco no qual a taxa passa de 34,7 em 1994 para 54,5 em 2002 aumentando mais de 6% em 9 anos.

De 1994 e 2002 as taxas de homicídios crescem em todo o país e com maior intensidade em estados como Mato Grosso, Pernambuco, Minas Gerais e Alagoas. Regionalmente, as maiores taxas concentram-se no Sudeste do país e a região de menor incidência está localizada no Sul do país, analisando o período que vai de 1994 a 2002, porém, como pode ser observado em 2002, a região Norte registra taxas inferiores à região Sul. Acompanhando a evolução dos homicídios por todo país ocorreram aumentos de 62,3%, sendo superiores ao incremento populacional, que foi de 15,2% no mesmo período. (WAISELFISZ, 2004).

TABELA 1 -TAXA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO NAS UF E REGIÕES POR 100 MIL HABITANTES (1994-2002) EM %.

Regiões e Estados	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
BRASIL	21,4	24,0	24,4	25,0	25,9	26,3	26,7	27,8	28,4
NORTE	17,6	16,7	16,7	16,9	19,0	17,0	18,6	19,9	21,7
Acre	19,4	22,0	20,6	19,6	20,7	9,4	19,4	21,2	25,7
Amazonas	17,0	18,4	18,0	18,1	20,2	19,3	19,9	16,5	17,3
Amapá	35,9	35,0	41,7	33,1	37,4	42,3	32,5	36,9	35,0
Pará	13,5	12,9	12,2	12,9	13,0	10,5	13,0	1,51	18,3
Rondônia	33,6	27,2	23,6	27,5	36,9	32,1	33,8	40,1	42,3
Roraima	33,6	36,9	38,6	31,2	43,9	49,3	39,5	31,7	34,9
Tocantins	10,8	7,4	12,2	11,2	12,3	13,1	15,4	18,7	14,7
NORDESTE	15,8	16,4	17,8	19,0	19,7	19,6	19,3	21,8	22,4
Alagoas	23,9	28,1	27,6	23,6	21,2	19,8	25,6	29,3	34,3
Bahia	14,3	12,4	15,0	15,6	9,7	6,8	9,4	11,9	13,0
Ceará	9,5	12,6	12,7	14,4	13,1	15,2	16,5	17,2	18,9
Maranhão	6,1	7,4	6,6	5,9	4,8	4,5	6,1	9,4	9,9
Paraíba	12,1	13,9	18,8	14,6	12,4	11,8	15,1	14,1	17,4
Pernambuco	34,7	36,1	39,8	48,5	57,2	53,6	53,8	58,5	54,5
Piauí	3,9	4,6	4,6	5,6	5,1	4,7	8,2	9,7	10,9
Rio Grande do Norte	8,4	9,9	9,1	8,9	8,3	8,3	9,0	11,2	10,6
Sergipe	22,1	16,2	14,4	11,3	10,2	19,3	23,3	29,3	29,7
SUDESTE	28,7	33,6	33,5	33,6	35,2	36,7	36,6	36,6	36,8
Espírito Santo	43,3	42,2	41,7	48,6	56,6	50,7	46,8	46,7	51,2
Minas Gerais	6,7	7,2	7,2	7,6	8,4	8,8	11,5	12,9	16,2
Rio de Janeiro	48,9	62,2	58,8	57,5	53,9	51,0	51,0	50,5	56,5
São Paulo	30,3	34,6	35,7	35,6	39,1	43,4	42,2	41,8	38,0
SUL	12,8	13,9	13,6	15,1	14,5	14,5	15,3	17,1	18,2
Paraná	14,4	15,7	15,1	17,3	17,5	18,0	18,5	21,0	22,7
Rio Grande do Sul	14,2	15,0	15,1	16,6	15,2	15,1	16,3	17,9	18,3
Santa Catarina	7,1	8,4	8,1	8,2	7,7	7,2	7,9	8,4	10,2
CENTROOESTE	21,8	25,9	26,2	26,3	25,8	25,6	29,4	29,2	30,3
Distrito Federal	35,4	38,9	37,7	35,1	36,9	36,1	37,5	36,9	34,7
Goiás	17,2	16,7	15,4	14,9	13,3	16,3	20,1	21,2	24,4
Mato Grosso do Sul	27,6	33,1	37,4	37,1	33,3	28,0	31,0	29,3	32,0
Mato Grosso	15,0	27,5	28,7	32,7	35,3	33,7	39,8	38,5	37,0

Fonte: SIM / DATASUS, IBGE in Waiselfisz; Julio Jacobo. Mapa da Violência IV: Os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004, pág. 33 e 34.

Na Tabela 2, observa-se a realidade nas capitais onde as taxas são bem maiores do que nos estados em 2002. A taxa nacional foi de 28,4 para os estados enquanto que para as capitais chega a 45,5 homicídios por 100.000 habitantes. As capitais que registram as maiores incidências em 1994 são: Vitória (90,7), seguida por Aracaju (48,6) e São Paulo (47,3), no outro extremo ainda em 1994 Florianópolis (5,3) e Cuiabá (7,7) aparecem com os menores índices em homicídios. Considerando as capitais no ano de 2002, Natal (13,9) e Palmas (20,5) são as que apresentam as menores taxas de incidências de homicídios do Brasil. Consta que em 2002 as capitais representavam 23,8% da população, sendo responsável por 38,1% do total de homicídios do país, historicamente este percentual já foi maior, em 1995, por exemplo, chegou há 43,1% do total de homicídios do país, a partir daquela data a participação começa a cair gradualmente. (WAISELFIFISZ; 2004).

TABELA 2 -TAXA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO NAS CAPITALS E REGIÕES POR 100 MIL HABITANTES (1994-2002) EM %. (Continua)

Regiões e Estados	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Norte	32,0	30,5	32,6	31,3	38,1	40,2	43,1	32,1	34,2
Belém	26,6	24,6	22,7	24,1	28,1	46,0	56,1	27,0	31,8
Boa Vista	40,5	43,7	50,1	31,6	45,9	44,8	40,4	32,1	38,2
Macapá	43,3	44,9	61,5	46,1	49,6	61,3	46,2	44,3	44,0
Manaus	32,9	34,3	35,3	34,5	38,9	33,0	33,2	25,2	26,5
Palmas	11,7	13,9	9,3	7,1	12,5	19,3	21,8	26,5	20,5
Porto Velho	38,9	22,5	33,0	37,8	68,1	53,0	47,5	66,9	63,2
Rio Branco	34,1	34,5	35,8	37,5	39,8	17,8	36,4	39,0	44,8
Nordeste	33,4	34,5	37,1	40,7	39,5	37,8	40,5	39,4	39,3
Aracaju	48,6	29,2	29,0	19,2	17,1	34,6	39,4	60,9	54,4
Fortaleza	20,7	29,0	24,5	27,0	20,4	25,2	28,2	27,9	31,8
João Pessoa	24,7	33,6	36,4	33,3	37,7	35,8	37,8	41,3	42,5
Maceió	42,0	47,3	49,4	38,7	33,5	31,2	45,1	59,3	61,3
Natal	15,5	17,7	17,5	18,1	16,1	9,5	10,4	15,6	13,9
Recife	61,6	68,0	78,8	104,7	112,6	97,5	95,8	96,9	90,0
Salvador	40,2	30,0	38,3	41,2	15,4	7,9	41,2	21,3	23,2
São Luís	18,7	24,2	23,1	22,2	16,4	12,6	16,6	27,4	21,4
Teresina	9,7	12,0	13,3	16,9	17,7	13,8	22,2	23,2	27,8

TABELA 2 -TAXA DE ÓBITOS POR HOMICÍDIO NAS CAPITAIS E REGIÕES POR 100 MIL HABITANTES (1994-2002) EM %. (Conclusão)

Regiões e Estados	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Sudeste	41,8	55,7	56,6	55,4	56,2	55,8	56,5	58,0	55,0
Belo Horizonte	12,7	18,0	18,9	20,5	20,1	8,1	14,8	35,0	42,9
Rio de Janeiro	40,6	62,9	67,4	65,1	61,3	51,9	56,5	55,5	62,8
São Paulo	47,3	58,6	57,8	56,1	59,8	67,0	64,8	63,5	52,6
Vitória	90,7	94,7	83,9	101,7	101,8	102,6	78,7	85,1	80,2
Sul	20,1	23,4	24,3	29,5	24,9	26,9	29,9	30,3	34,8
Curitiba	19,2	20,8	22,1	26,9	23,0	26,3	26,2	28,0	32,2
Florianópolis	5,3	10,5	11,1	9,0	8,5	7,7	10,2	17,0	24,4
Porto Alegre	24,1	29,1	29,6	37,0	30,9	32,2	39,2	36,5	40,5
Centro-Oeste	28,4	35,1	35,8	35,2	38,5	37,1	39,2	39,0	37,4
Brasília	35,4	38,9	42,5	42,0	41,0	30,9	39,3	34,0	34,5
Campo Grande	27,0	33,1	42,5	42,0	41,0	30,9	39,3	34,0	34,5
Cuiabá	7,7	38,9	44,3	54,7	74,4	66,1	69,5	76,9	52,0
Goiânia	25,5	28,1	23,6	22,0	22,4	29,7	28,6	29,4	38,1
BRASIL	35,7	43,5	44,8	45,3	46,0	45,5	47,2	46,5	45,5

Fonte: SIM/DATASUS< IBGE in Waiselfisz; Julio Jacobo. Mapa da Violência IV: Os Jovens do Brasil, Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna; Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004. pág: 40 e 41.

Ainda na Tabela 2, regionalmente, as maiores taxas concentram-se no Sudeste onde se localizam Vitória, São Paulo e Rio de Janeiro as capitais de maior incidência em homicídios e a região Sul registra o menor número de incidência do país. Referindo-se ao período que vai de 1994 a 2002, pode-se observar que em 2002 a região Norte registra taxa inferior a da região Sul mudando este o panorama entre as regiões de menor incidência.

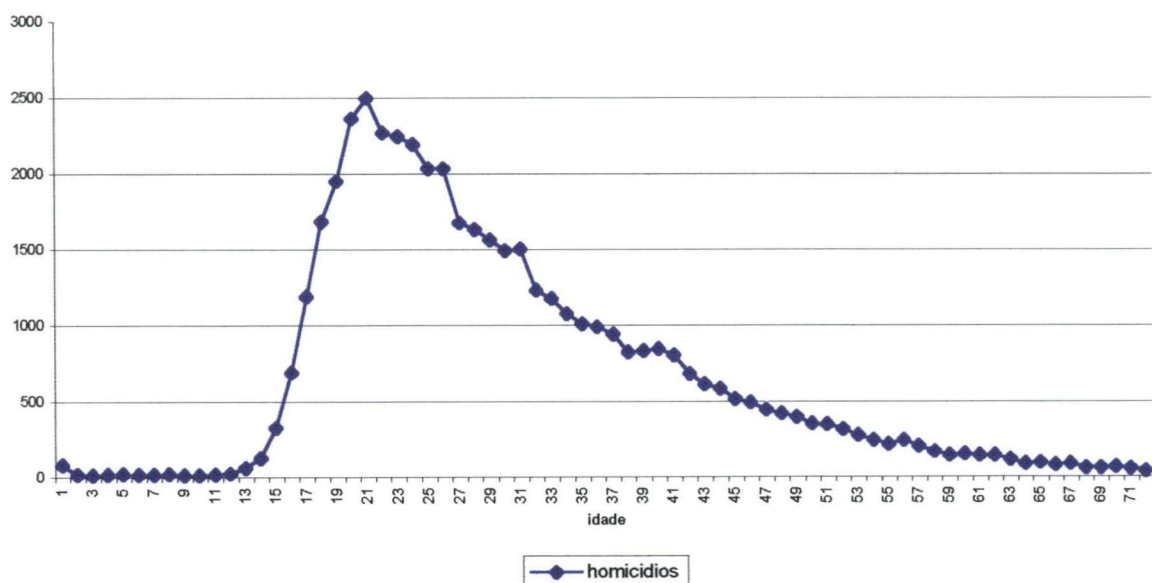
TABELA 3 -TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DOS HOMICÍDIOS NAS CAPITAIS, REGIÕES METROPOLITANAS (SEM CAPITAIS) E INTERIOR DE 1993/2002 EM %.

Área	Crescimento anual 1993/1998 (%)	Crescimento anual 1999/2002 (%)	Crescimento anual 1993/2002 (%)
Capitais	8,4	1,6	5,3
Regiões metropolitanas (sem capitais)	8,5	2,4	5,9
Interior	4,1	8,0	5,5

Fonte: SIM/ DATASUS in Waiselfisz; Julio Jacobo. Mapa da Violência IV: Os jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna; Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004, pág:49

A Tabela 3 mostra o crescimento anual das três áreas sendo muito parecido: algo em torno de 5,5% ao ano. Analisando os períodos de 1993 a 1998, os índices de crescimento dos homicídios nas capitais e municípios das regiões metropolitanas, duplicam em relação ao interior dos estados. Já no período de 1999 a 2002, aumentam drasticamente as taxas anuais de crescimento dos homicídios no interior para 8% ao ano, caindo de forma drástica as taxas das capitais e regiões metropolitanas. Isso pode ser considerado uma tendência de interiorização da violência homicida. As causas poderiam ser a emergência de pólos de crescimento em municípios do interior de diversos estados do país que, junto com migrações, emprego e renda, se convertem em pólos atrativos para criminalidade. Outra causa que pode ser considerada é o investimento nas capitais e grandes regiões metropolitanas a partir da nova Lei de Segurança Nacional, principalmente para aparelhamento das polícias, que dificulta a ação da criminalidade organizada, que se locomove para áreas de menor risco. WAISELFISZ (2004).

GRÁFICO 1 - HOMICÍDIOS NO BRASIL POR FAIXA ETÁRIA (2002)



Fonte: SIM/DATASUS in: WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência IV: Os Jovens do Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna; Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004. pág: 52.

Ainda referindo-se os homicídios vale mostrar como este tipo de crime atinge gravemente os jovens, que estão incluídos na parcela da população economicamente ativa.

No Gráfico 1 pode-se ter uma visão melhor cruzando as informações referentes à idade e número de óbitos por homicídio no ano de 2002, que chega a 2.505 mortes na idade de 20 anos, desta faixa jovem, que ocorre a maior incidência. Antes dos 13 anos os registros são poucos e após os 20 anos onde está o pico desta ocorrência, estes números começam a cair, chegando aos 45 anos, com menos de 500 ocorrências.

3.1.2. Lesão Corporal.

O crime de Lesão Corporal agrega as ofensas à integridade corporal das pessoas. Na Tabela 4 podem ser observados os dados referentes a este delito nos estados e capitais. Os dados disponíveis são fornecidos pela SENASP, com base em informações das Secretarias Estaduais de Segurança Pública.

TABELA 4 -OCORRÊNCIAS DE LESÕES CORPORAIS POR 100 MIL HABITANTES NOS ESTADOS EM 2001/2002 E CAPITAIS DE 1999/2001 EM %.

(Continua)

Estados	2001	2002	Capitais	1999	2000	2001
Acre	543,9	807,1	Rio Branco	379,5	947,6	853,8
Amazonas	546,9	490,8	Manaus	886,7	951,6	1103,3
Amapá	1051,7	1210,8	Macapá	1992,3	1836,5	1295,0
Pará	224,7	261,3	Belém	635,4	687,4	667,8
Rondônia	544,5	552,8	Porto Velho	1690,4	1906,4	1580,4
Roraima	143,8	75,2	Boa Vista	170,5	402,9	543,4
Tocantins	89,4	100,6	Palmas	256,5
Alagoas	Maceió	68,4	114,7	85,5
Bahia	208,9	214,3	Salvador	707,3	566,7	595,4
Ceará	23,2	Fortaleza	50,5	38,6	43,2
Maranhão	165,8	200,2	São Luis	845	743,3
Paraíba	129,1	135,0	João Pessoa	47,1	45,2	357,4
Pernambuco(1)	Recife	308,5	496,0	288,2
Piauí	185,8	Teresina	543,5	531,8

TABELA 4 -OCORRÊNCIAS DE LESÕES CORPORAIS POR 100 MIL HABITANTES NOS ESTADOS EM 2001/2002 E CAPITALIS DE 1999/2001EM%. (Conclusão)

Estados	2001	2002	Capitais	1999	2000	2001
Rio Grande do Norte	240,5	256,2	Natal	451,4	444,7	439,7
Sergipe	82,4	Aracaju	321,8	244,5
Espírito Santo	247,4	330,7	Vitória	460,4	815,9	456,7
Minas Gerais	319,8	355,8	Belo Horizonte	921,2	801,9	801,6
Rio de Janeiro	476,9	380,4	Rio de Janeiro	744,4	627,9	650,1
São Paulo	461,7	485,4	São Paulo	529,6	489,6	464,1
Paraná	166,9	204,6	Curitiba	294,5	294,4	410,3
Rio Grande do Sul	738,8	426,5	Porto Alegre	1391,2	1443,2	1479,5
Santa Catarina	477,5	481,1	Florianópolis	1233,3	1207,1	1162,6
Distrito Federal	591,3	613,8				
Goiás	242,3	254,9	Goiânia	870,1	931,3	938,6
Mato Grosso do Sul	377,0	426,5	Cuiabá
Mato Grosso	177,5	225,3	Campo Grande	525,4	476,2	368,6

Fonte: MJ/SENASP/ Coordenação Geral de Análise da Informação/Coordenação de Estatística e Produção de dados; IBGE. Nesta tabela estão agregados os seguintes delitos: Lesão Corporal, Lesão Corporal Dolosa, Lesão Corporal seguida de morte e outras Lesões Corporais. (1) A Secretaria de Defesa Social de Pernambuco está procedendo a uma revisão dos dados relativos a 2001. (....) Foi solicitado que estes estados façam uma conferência dos dados enviados à SENASP.

Na Tabela 4 constam os dados referentes aos crimes relacionados, a lesões corporais, considerando o período 1999 a 2001. Observa-se que as taxas de lesões corporais nos estados são caracteristicamente mais elevadas que as taxas de homicídio. As maiores taxas de lesões corporais estão no Amapá e no Acre, 1210 e 807 ocorrências por 100.000 habitantes respectivamente. As unidades da federação localizadas nas regiões sul e sudeste do Brasil se destacam na incidência das lesões corporais por possuírem mecanismos de registros criminal mais desenvolvidos reduzindo a subnotificação. (SENASP, 2002).

Em relação as capitais as taxas acompanham os estados, ou seja, houve uma variação no período analisado, vale observar que além das capitais com maiores incidências (Macapá, Porto Velho e Porto Alegre) se destaca a cidade de Florianópolis, que em 1999, saiu de 1233,3 ocorrências por 100.000 habitantes para 1162,6, levando-se em conta a melhor eficiência dos registros nesta capital, conseguiu diminuir a incidência deste tipo de crime.

Para que se possa ter uma visão ainda mais atualizada e geral da distribuição das ocorrências relativas as Lesões Corporais constam na Tabela 5 estão os dados referentes ao Brasil e as regiões, possibilitando confirmar que a região Sul ainda tem a maiores taxas referentes a este tipo de crime. Em 2003, esta taxa chega em 511,3 ocorrências, um índice superior ao nacional de 349,5 em lesões corporais por 100.000 habitantes.

TABELA 5 - OCORRÊNCIAS REGISTRADAS PELAS POLÍCIAS CIVIS RELATIVAS À LESÃO CORPORAL, SEGUNDO NÚMERO E TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, NAS REGIÕES E NO BRASIL EM %.

BRASIL e Regiões	População	Total de Ocorrências De Ocorrências Lesões Corporais	Taxa por 100.000 habitantes
ANO	(2001)	(2001)	(2001)
Região Norte	13.245.016	48.103	363,2
Região Nordeste	48.331.118	59.235	122,6
Região Sudeste	73.470.738	300.863	409,5
Região Sul	25.453.492	118.968	467,4
Região Centro-Oeste	11.885.412	37.153	312,6
BRASIL	172.385.776	564.322	327,4
ANO	(2002)	(2002)	(2002)
Região Norte	13.504.612	52.787	390,9
Região Nordeste	48.845.219	62.846	128,7
Região Sudeste	74.447.443	326.290	438,3
Região Sul	25.734.11	118.503	460,5
Região Centro-Oeste	12.101.547	42.088	347,8
BRASIL	174.632.932	602.514	345,0
ANO	(2003)	(2003)	(2003)
Região Norte	13.784.895	52.000	377,5
Região Nordeste	49.357.119	64.345	130,4
Região Sudeste	75.392.023	325.072	431,2
Região Sul	26.024.981	133.065	511,3
Região Centro-Oeste	26.024.981	43.615	354,1
BRASIL	176.876.251	618.097	349,5

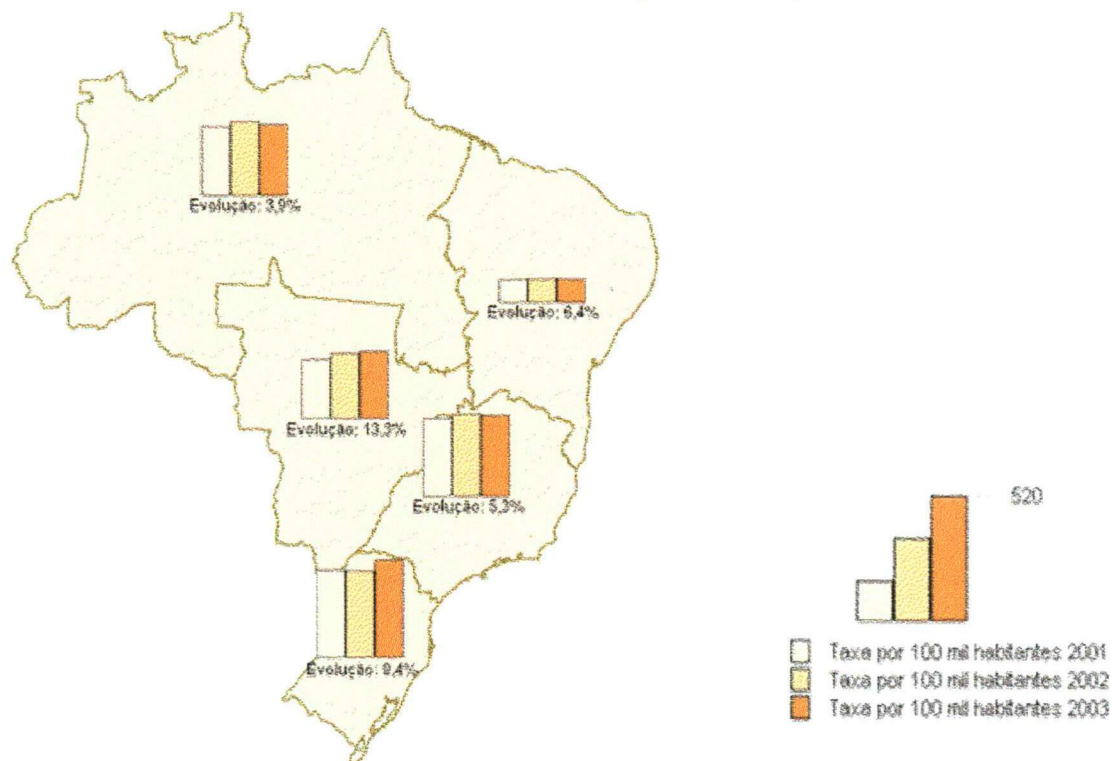
Fonte: MJ/ SENASP/ IBGE- Coordenação Geral de Pesquisa. Nesta tabela estão agregados os seguintes delitos Lesão Corporal, Lesão Corporal Dolosa, Lesão Corporal Seguida de Morte e Outras Lesões Corporais. Cálculo feito com base nos dados Censo Demográfico, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos intercensitários.

Na Tabela 5 onde no Brasil em 2001 a taxa era de 327,4 passando para 349,5 em 2003 ocorrências, sugere que este tipo de crime contra a pessoa comparado a outros, teve um crescimento menor ao longo do período mencionado, entretanto, ao comparar-se com a evolução dos crimes contra o patrimônio, o crescimento deste foi menor nos últimos anos no Brasil. No caso dos homicídios foi mostrada uma série mais longa de 1994 a 2002, mas no para as lesões corporais foram utilizados dados referentes aos anos de 1999 a 2003, devido à indisponibilidade destes para um período mais longo.

No mapa pode-se observar de outra maneira o que foi colocado até aqui, com respeito às ocorrências de crimes relacionados à Lesão Corporal entre o período de 2001 e 2003.

MAPA 1 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE OCORRÊNCIAS DOS CRIMES DE LESÕES CORPORAIS NO BRASIL.

**Mapa Comparativo das Taxas de Ocorrências de
Lesão Corporal Registradas pelas Polícias Civis entre
2001 e 2003, segundo as Regiões Geográficas do Brasil**



Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/Secretárias Estaduais de Segurança Pública/Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – Coordenação Geral de Pesquisa e Coordenação Geral de Análise da Informação/Polícia Civil/Polícia Militar/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <http://www.mj.gov.br/senasp/mapa/rel/cvcp01.htm> acesso 18/10/04.

O mapa mostrando a evolução dos crimes de lesões corporais, confirmam um aumento destas ocorrências na região Sul de 9,4%, todavia, observar-se que a região onde estes crimes mais aumentaram nos últimos três anos em 15,3% foi à região Centro-Oeste.

3.2. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO.

São os crimes relacionados aos bens das pessoas, às suas propriedades, existem vários tipos de crimes contra o patrimônio, serão relacionados apenas os Roubos, Roubos Seguido de Morte, Roubo de Veículos, Extorsão Mediante Seqüestro, Crimes Violentos Contra o Patrimônio, Furtos, Furtos de Veículos.

Os dados que serão mostrados buscados junto a SENASP, foram os únicos disponíveis para estes crimes.

3.2.1. Roubos.

Neste item serão analisados os dados referentes aos roubos nos estados e capitais, para o período recente considerando a disponibilidade de dados.

A Tabela 6 mostra os dados referentes aos roubos nos Estados o que se pode constatar foi que tanto em 2001 como em 2002 os mesmos Estados continuaram sendo os de maior taxa de ocorrência, são eles: Distrito Federal (1107,3), São Paulo (811,1) e Rio de Janeiro (779,1) dados estes para o ano de 2002. Os de menor ocorrência foram em 2001 Tocantins (60,3) e Minas Gerais (86,0), já em 2002 mudam estes estados para Alagoas (23,7) e Ceará (37,6), contudo estes estados não constavam nos registros de 2001. De acordo com a SENASP (2002) o Distrito Federal é o estado com um dos melhores sistemas de registros de crimes do país, podendo justificar os altos índices de roubos. Ainda algo observado pela Secretaria de Segurança Pública, relatando que alguns crimes estão particularmente associados às regiões de incidência, cita-se exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, os quais registram altas taxas em incidência de homicídios e de roubos.

TABELA 6 - OCORRÊNCIAS DE ROUBOS (1), POR 100 MIL HABITANTES NOS ESTADOS DE 2001/2002 EM %.

Estados	2001	2002
Acre	163,7	209,0
Amazonas	133,5	156,1
Amapá	156,2	397,9
Pará	294,8	420,9
Rondônia	474,1	464,1
Roraima	173,0
Tocantins	60,3	71,9
Alagoas	23,7
Bahia	267,6	294,4
Ceará	37,6
Maranhão	138,3	172,6
Paraíba	123,5	160,7
Pernambuco(2)
Piauí	183,5
Rio Grande do Norte	246,0	262,3
Sergipe	247,4	274,6
Espírito Santo	137,1	246,2
Minas Gerais	86,0	157,0
Rio de Janeiro	667,5	779,1
São Paulo	855,4	811,1
Paraná	232,4	277,3
Rio Grande do Sul	569,4	560,5
Santa Catarina	110,4	133,0
Distrito Federal	1081,9	1107,3
Goiás	359,4	448,2
Mato Grosso do Sul	161,1	207,4
Mato Grosso	291,5	367,2

Fonte:Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP/MJ//IBGE/Coordenação Geral de análise e Informação, Estatísticas. Nesta tabela estão agregados os seguintes delitos: (1) Outros Roubos, Roubos, Roubo à Residência, Roubo a transeuntes, Roubo de Carga, Roubo de Estabelecimento Bancário, Roubo a coletivo, Roubo Seguido de Morte.

Cálculo feito com base nas estimativas da população de 2001 divulgadas pelo IBGE.

(2) A secretaria de Defesa Social de Pernambuco está procedendo a uma revisão dos dados relativos a 2001.

(....) Foi solicitado que estes estados façam uma conferência dos dados enviados a SENASP.

Na Tabela 7, referente as capitais, as quais registram taxas mais elevadas do que nos Estados sugerindo assim uma concentração maior em roubos nos grandes centros do que no interior. Em 1999, Porto Alegre (1143,0), São Paulo (1104,5) e Salvador (765,8), apresentam as maiores taxas de ocorrências de roubos,

por outro lado com menores incidências deste tipo de crime destacam-se Maceió (19,1) e Fortaleza (62,2). Em 2001 este cenário se modifica surgindo Porto Velho (1440,7) como sendo a capital de maior ocorrência de roubos seguida por Porto Alegre (1421,8) e depois São Paulo (1067,1) e com as taxas mais baixas estão novamente Maceió (36,7) e Fortaleza (50,7).

TABELA 7 – OCORRÊNCIA DE ROUBOS (1) NAS CAPITALS, DE 1999/2001, POR 100 MIL HABITANTES EM %.

Capitais	1999	2000	2001
Rio Branco	294,8	258,8	262
Manaus	264,9	330,2	232
Macapá	509,3	549,6	172
Belém	692,3	837,6	857,7
Porto Velho	775,1	1128,9	1440,7
Boa Vista	346,9	118,2	110,8
Palmas	170,3
Maceió	19,1	41,4	36,7
Salvador	765,8	691,4	799,6
Fortaleza	62,2	54,3	50,7
São Luis	645,2	664,6
João Pessoa	415	190,2	412,2
Recife	635,6	719	525,6
Teresina	526,1
Natal	627,8	881,9	605,4
Aracaju	450,7	660,5
Vitória	360,3	558,3	324,3
Belo Horizonte	143,3	177,8	115,2
Rio de Janeiro	529,8	595,7	763,7
São Paulo	1104,5	1042,9	1067,1
Curitiba	352,9	599,1	694,8
Porto Alegre	1143	1334,9	1421,8
Florianópolis	228,8	226,1	272,4
Goiânia	689,8	697,9	881,3
Cuiabá
Campo Grande	125,6	115,6	158,3

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública. MJ/ SENASP/DECASP/Coordenação Geral de Informação, Estatísticas e Acompanhamento das Polícias, IBGE- Estimativas de População 1999, Censo 2000 e Estimativa da População 2001.

(1) Na categoria estão incluídos todos os roubos, exceto Roubo de Veículos e Roubo Seguido de Morte.

Taxa de mudança do 1º Semestre de 2001 para o 1º Semestre 2002 em relação ao 1º Semestre de 2001, considerando apenas aqueles Estados onde o número absoluto é igual ou superior a 100.

As tabelas referentes aos Roubos nos estados e nas capitais, refletiram a realidade brasileira, através de dados limitados a alguns anos, entretanto, sendo um dos crimes de maior incidência no Brasil, atingindo a população como um todo.

A seguir na Tabela 8 estão registrados os dados para as grandes regiões brasileiras, agregando, portanto, as informações à respeito dos Roubos nos últimos anos.

TABELA 8 - OCORRÊNCIAS REGISTRADAS RELATIVAS À ROUBOS, SEGUNDO NÚMERO E TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, NO BRASIL E REGIÕES DE 2001/2003.

BRASIL e Regiões	População	Total de Ocorrências De Roubos	Taxa por 100.000 Habitantes
Dados p/(2001)	(2001)	(2001)	(2001)
Região Norte	13.245.016	31.992	241,5
Região Nordeste	48.331.118	95.151	196,9
Região Sudeste	73.470.738	444.352	604,8
Região Sul	25.453.492	87.336	343,1
Região Centro-Oeste	11.885.412	53.475	449,9
BRASIL	172.385.776	712.306	413,2
Dados p/ (2002)	(2002)	(2002)	(2002)
Região Norte	13.504.612	42.838	317,2
Região Nordeste	48.845.219	105.877	216,8
Região Sudeste	74.447.443	461.869	620,4
Região Sul	25.734.111	93.368	362,8
Região Centro-Oeste	12.101.547	60.863	502,9
BRASIL	174.632.932	764.815	438,0
Dados P/2003	(2003)	(2003)	(2003)
Região Norte	13.748.895	60.034	435,9
Região Nordeste	49.357.119	99.133	200,8
Região Sudeste	75.392.023	511.309	678,2
Região Sul	26.024.981	112.642	432,8
Região Centro-Oeste	12.317.233	72.779	590,9
BRASIL	176.876.251	855.897	483,9

Fonte: MJ/ SENASP/ IBGE- Coordenação Geral de Pesquisa. Nesta tabela estão agregados os seguintes delitos: Roubo à Residência, Roubo de Carga, Roubo de Estabelecimento Bancário, Roubo de Veículo, Roubo a Coletivo, Roubo a estabelecimento comercial, Roubo Seguido de Morte e Outros roubos. Cálculo feito com base nos dados Censo Demográfico, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos intercensitários.

Na Tabela 8 das regiões brasileiras a distribuição considera o conjunto de todos os tipos de roubos, portanto, nota-se um crescimento ao longo do período mostrado no Brasil todo, mas, principalmente a região Sudeste na qual registram-se os maiores números de ocorrências. Em 2003 houve 678,2 ocorrências por 100.000 habitantes, apesar de constar que as pessoas nem sempre registram este tipo de crime. Ao se observar as taxas registradas para o Brasil, cresceram ao longo dos três últimos anos quase 20%.

3.2.2. Roubo Seguido de Morte.

Nestes registros estão relacionados os crimes onde ocorre o roubo, seguido ainda de outro crime, o Homicídio, portanto, dois delitos graves cometidos pelo mesmo indivíduo.

TABELA 9 - OCORRÊNCIAS DE ROUBOS SEGUIDO DE MORTE, POR 100 MIL HABITANTES E VALORES ABSOLUTOS NAS CAPITAIS E DISTRITO FEDERAL DE 1999/2001. (Continua)

Capitais	Números Absolutos			Taxa por 100.000 Habitantes		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Porto Velho	3	13	16	1	3,9	4,7
Rio Branco	...	1	0	...	0,4	0
Manaus	8	10	18	0,6	0,7	1,2
Boa Vista	...	10	0	...	5	0
Belém	23	21	20	1,9	1,6	1,5
Macapá	2	0,7
Palmas	3	2
São Luis	...	15	23	...	1,7	2,6
Teresina	6	0,8
Fortaleza	28	49	15	1,3	2,3	0,7
Natal	11	5	2	1,6	0,7	0,3
João Pessoa	5	5	0	0,9	0,8	0
Recife	8	2	25	0,6	0,1	1,7
Maceió	2	...	1	0,3	0,1
Aracaju	23	...	2	5,2	...	0,4
Salvador	13	20	23	0,6	0,8	0,9

TABELA 9 – OCORRÊNCIA DE ROUBOS SEGUIDOS DE MORTE POR 100 MIL HABITANTES E VALORES ABSOLUTOS NAS CAPITAIS E DISTRITO FEDERAL, DE 1999 A 2001. (Conclusão).

Capitais	Números Absolutos			Taxa por 100.000 Habitantes		
	1999	2000	2001	1999	2000	2001
Belo Horizonte	26	7	1	1,2	0,3	0
Vitória	...	19	1	...	6,5	0,3
Rio de Janeiro	61	71	101	1,1	1,2	1,7
São Paulo	298	202	208	3	1,9	2
Curitiba	5	12	14	0,3	0,8	0,9
Florianópolis	2	2	0	0,7	0,6	0
Porto Alegre	60	78	63	4,6	5,7	4,6
Campo Grande	13	8	6	2	1,2	0,9
Cuiabá
Goiânia	14	24	12	1,3	2,2	1,1
Distrito Federal	54	83	78	2,7	4	3,7

Fonte: Secretarias estaduais de Segurança Pública. MJ/SENASP/DECASP/Coordenação Geral de Informação, Estatísticas e Acompanhamento das Polícias. IBGE – Estimativas de População 2001. Taxa de mudança do 1º Semestre de 2001 para o 1º Semestre 2002 em relação ao 1º Semestre de 2001, considerando apenas aqueles Estados onde o número absoluto é igual ou superior a 100.

Na Tabela 9 estão os dados em valores absolutos e também em taxa por 100.000 habitantes, retratando a realidade das capitais, lembrando que esta pesquisa considera apenas valores absolutos, iguais ou superiores a 100.

Em valores absolutos São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre são destacados de 1999 a 2001, em maior número de ocorrências, com a diferença que no Rio de Janeiro e em Porto Alegre estes valores aumentam ao longo dos anos e em São Paulo os números diminuem. As cidades de Rio Branco e de Florianópolis são as menores em número de ocorrências. Em taxa por 100.000 habitantes esta realidade muda, pois no ano de 1999 Aracaju com 5,2 é a capital de maior incidência neste tipo de crime, logo seguida por Porto Alegre (4,6) e São Paulo (3,0), já em 2001 este cenário muda um pouco, surgindo Porto Velho (4,7) sendo a primeira em incidência de roubos seguidos de morte; seguida por Porto Alegre (4,6) e São Luis (2,6). As taxas mais baixas são registradas em Palmas e Rio Branco no período de 1999 a 2001. Em geral, as taxas que referente aos roubos seguidos de

morte, são menores se comparada a outros tipos de crimes os quais estão sendo relatados.

3.2.3 Roubo de Veículos.

Neste tipo de crime estão incluídos apenas os roubos de veículos, excluindo por tanto os furtos. Na tabela 10 temos um retrato nos estados, capitais e regiões onde ocorre este tipo de crime. No Estado de São Paulo em 2001 registra-se uma taxa de 270,4 ocorrências de roubo de veículo por 100 mil habitantes, já em 2002 este número cai para 224,4 ocorrências, no Estado do Rio de Janeiro também são altas as taxas passando de 190,2 em 2001 para 233,8 em 2002 nos estados do Distrito Federal 97,4 em 2001 passando para 73,1 em 2002 e no Rio Grande do Sul são registradas taxas 73,2 em 2001, 75,9 em 2002, portanto sendo os estados de maior incidência deste tipo de crime..

As maiores taxas de roubo de veículo encontradas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nos quais segundo dados enviados pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública; encontra-se a maior frota de veículos do país, observa-se que este tipo de crime é caracterizado por uma baixa subnotificação por ser um bem segurado e, em geral, constituir um meio e fim na atividade criminosa organizada ou não. (SENASP, 2002).

No caso das capitais o que vemos em 1999 são as cidades de São Paulo (544,1), Rio de Janeiro (370,9) e Porto Alegre (164,5) sendo as primeiras neste tipo de roubo, já em 2001, São Paulo e Rio de Janeiro diminuem estas taxas para 498,7 e 326,3 respectivamente e Porto Alegre cresce para 221,2 ocorrências de roubos de veículos por 100 mil habitantes. Boa Vista e Florianópolis em 1999 registram as menores ocorrências e em 2001, Rio Branco e outra vez Florianópolis são as capitais onde estas taxas são baixas. Ao analisar por região sem dúvida a Sudeste é a maior em taxas de ocorrências, pois, contém os dois estados onde este tipo de crime tem maior incidência.

TABELA 10 - OCORRÊNCIAS DE ROUBOS DE VEÍCULOS, POR 100 MIL HABITANTES NOS ESTADOS DE 2001/2002 E CAPITAIS DE 1999/2001 EM %.

Estados	2001	2002	Capitais	1999	2000	2001
Acre	Rio Branco	...	2,4	0,8
Amazonas	Manaus	22,2	14,9	11,3
Amapá	...	24,6	Macapá	3,7
Pará	18,3	20,0	Belém	35,3	51,1	40,3
Rondônia	44,4	51,3	Porto Velho	45,5	101	90,6
Roraima	...	12,1	Boa Vista	4,8	1,5	10,6
Tocantins	Palmas	13,9
Alagoas	Maceió	6,9	2,5	13,9
Bahia	24,5	27,9	Salvador	65,3	54,5	73,6
Ceará	19,5	12,9	Fortaleza	22,8	43,4	50,4
Maranhão	São Luis	...	15,1	13,3
Paraíba	...	7,4	João Pessoa	9,2	11,4	12,8
Pernambuco(3)	Recife	148,5	257,1	87,5
Piauí	Teresina	12,4	11,9	28,5
Rio Grande do Norte	13,7	18,3	Natal	38,8	44,5	33,1
Sergipe	Aracaju	14,8	...	12,4
Espírito Santo	24,3	33,7	Vitória	38,2
Minas Gerais	...	29,3	Belo Horizonte	9	19,7	...
Rio de Janeiro	190,2	233,8	Rio de Janeiro	370,9	322,4	326,3
São Paulo	270,4	224,4	São Paulo	544,1	589,8	498,7
Paraná(2)	...	31,6	Curitiba	49,4	68,4	...
Rio Grande do Sul	73,2	75,9	Porto Alegre	164,5	206,6	221,2
Santa Catarina	Florianópolis	5,3	2	2,3
Distrito Federal	97,4	73,1	Distrito Federal	79,5	79,4	97,4
Goiás	26,2	35,7	Goiânia	92,9	64,5	71,5
Mato Grosso do Sul	17,7	15,9	Cuiabá
Mato Grosso	31,3	27,2	Campo Grande	37,7	56,4	32,8

Fonte: Elaboração Própria com dados da Secretarias Estaduais de Segurança Pública MJ/SENASP/DECASP/Coordenação Geral de Estatística e Acompanhamento das Polícias, Instituto Brasileiro de Estatística. IBGE

(...) Foi solicitado que estes estados façam uma conferência dos dados enviados à SENASP.

(2) A Polícia Civil/PR não separa os registros de Furto de Veículos e Roubos de Veículos.

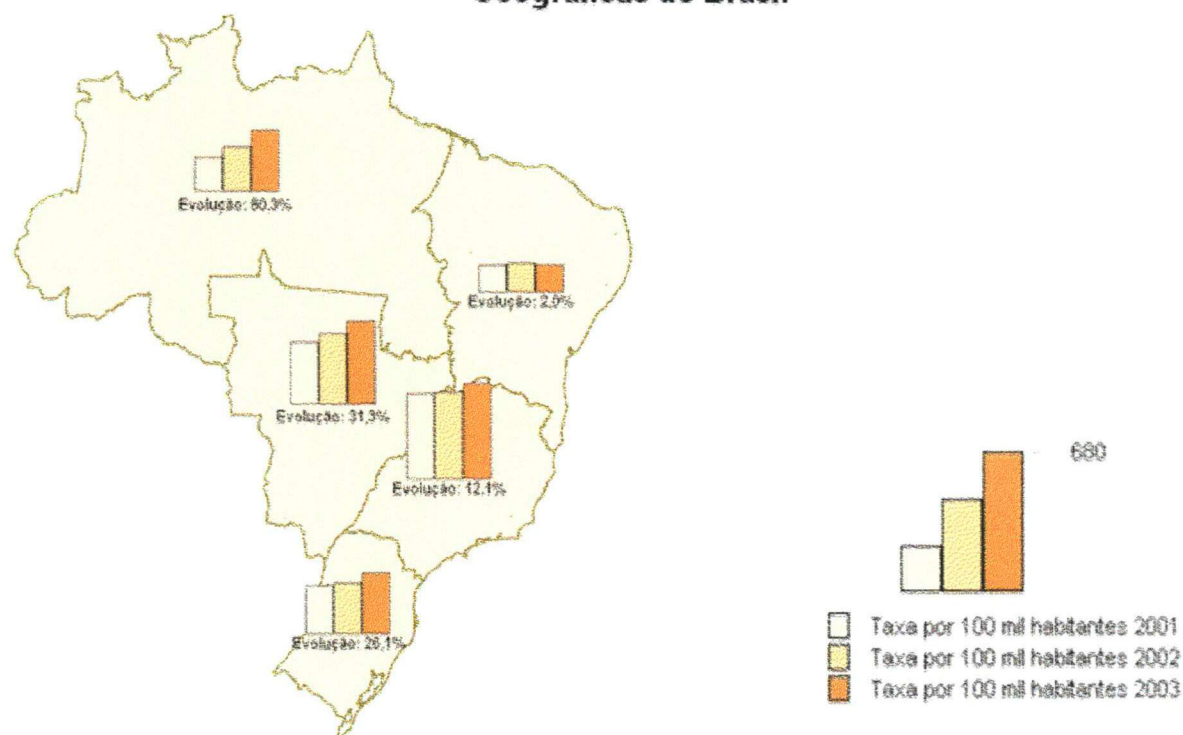
(3) A Secretaria de Defesa Social de Pernambuco está procedendo a uma revisão dos dados relativos a 2001.

A seguir temos um mapa comparativo em termos regionais nos proporcionando ter outra noção de como os crimes de roubos cresceram no Brasil.

Na Tabela 10 vimos que a região Sudeste registra os maiores índices nos três anos de referência e no mapa temos que realmente isto é verdade, entretanto, em evolução dos Roubos a região Nordeste do país apresenta um aumento de 80,3% ao longo dos três anos de referência.

MAPA 2 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE OCORRÊNCIAS DOS ROUBOS NO BRASIL.

Mapa Comparativo das Taxas de Ocorrências de *Roubo* Registradas pelas Polícias Civas entre 2001 e 2003, segundo as Regiões Geográficas do Brasil



Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/Secretárias Estaduais de Segurança Pública/Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – Coordenação Geral de Pesquisa e Coordenação Geral de Análise da Informação/Polícia Civil/Polícia Militar/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <http://www.mj.gov.br/scnasp/mapa/rel/cvcp01.htm> acesso 18/10/04.

Ainda segundo os dados do mapa os menores aumentos de Roubos ao longo dos três anos foram registrados na região Norte que também têm o menor número de ocorrências do país.

3.2.4. Extorsão Mediante Seqüestro.

Segundo os dados na Tabela 11 as taxas de seqüestros são caracteristicamente baixas.

TABELA 11 - OCORRÊNCIAS DE EXTORSÃO MEDIANTE SEQÜESTRO, POR 100 MIL HABITANTES NOS ESTADOS DE 2001/2002 E CAPITAIS DE 1999/2001 EM %.

Estados	2001	2002	Capitais	1999	2000	2001
Acre	0,0	0,0	Rio Branco	0
Amazonas	0,0	0,0	Manaus	0
Amapá	0,0	0,2	Macapá	0
Pará	0,1	0,2	Belém	0	0,2	0,5
Rondônia	0,0	0,3	Porto Velho	...	0,6	0
Roraima	0,0	0,0	Boa Vista	0
Tocantins	0,5	0,3	Palmas	0
Alagoas	0,0	0,0	Maceió
Bahia	0,1	0,1	Salvador	0,1
Ceará	0,0	0,0	Fortaleza	0	0	0
Maranhão	0,0	0,1	São Luis	..	0,1	0
Paraíba	0,6	0,3	João Pessoa	0,2	0	0,5
Pernambuco(1)	Recife	0,1	2,7	0,8
Piauí	1,1	...	Teresina	1,8
Rio Grande do Norte	0,5	0,4	Natal	0,6	0,6	1,1
Sergipe		0,0	Aracaju	0
Espírito Santo	0,6	0,5	Vitória	2
Minas Gerais	0,2	0,3	Belo Horizonte	...	0,3	0,3
Rio de Janeiro	0,1	0,1	Rio de Janeiro	...	0	0,1
São Paulo	0,8	0,8	São Paulo	0,1	0,3	1,9
Paraná		0,1	Curitiba	0,2
Rio Grande do Sul	0,1	0,1	Porto Alegre	0,1	0,1	0,3
Santa Catarina	0,2	0,1	Florianópolis	7,1	1,5	0,9
Distrito Federal	0,2	0,2				
Goiás	0,1	0,2	Goiânia	0	0	0,4
Mato Grosso do Sul	1,0	Cuiabá
Mato Grosso	0,1	0,1	Campo Grande	0,9	0,2	0,3

Fonte: Elaboração Própria com dados da Secretarias Estaduais de Segurança Pública MJ/SENASP/DECASP/Coordenação Geral de Estatística e Acompanhamento das Policias, Instituto Brasileiro de Estatística. IBGE

(...) Foi solicitado que estes estados façam uma conferência dos dados enviados à SENASP.

(1) A secretaria de Defesa Social de Pernambuco está procedendo a uma revisão dos dados relativos a 2001.

Para dados dos capitais não foi incluído seqüestro relâmpago.

Este crime é considerado, um dos delitos com maior impacto sobre a sensação da população, ou seja, atemorizam as vítimas que depõem serem marcadas para o resto de suas vidas. Seus valores raramente ultrapassam 1 ocorrência por 100.000 habitantes. Tanto nas capitais como nos estados as taxas são baixas, podendo-se destacar Teresina em 2001 com a taxa de 1,8 que até agora não tinha sido referenciada como uma cidade com índices altos de criminalidade, superada apenas por São Paulo (1,9).

TABELA 12 - OCORRÊNCIAS REGISTRADAS RELATIVAS À EXTORSÃO MEDIANTE SEQÜESTRO, SEGUNDO NÚMERO E TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, NO BRASIL E REGIÕES DE 2001/2003.

BRASIL e Regiões	População	Ocorrências De Extorsão Mediante Seqüestro	Taxa por 100.000 habitantes
Dados p/(2001)	(2001)	(2001)	(2001)
Região Norte	13.245.016	14	0,33
Região Nordeste	48.331.118	127	0,11
Região Sudeste	73.470.738	374	0,26
Região Sul	25.453.492	22	0,51
Região Centro-Oeste	11.885.412	34	0,09
BRASIL	172.385.776	571	0,29
Dados p/ (2002)	(2002)	(2002)	(2002)
Região Norte	13.504.612	25	0,19
Região Nordeste	48.845.219	47	0,10
Região Sudeste	74.447.443	421	0,57
Região Sul	25.734.111	31	0,12
Região Centro-Oeste	12.101.547	59	0,49
BRASIL	174.632.932	583	0,33
Dados P/2003	(2003)	(2003)	(2003)
Região Norte	13.748.895	28	0,20
Região Nordeste	49.357.119	78	0,16
Região Sudeste	75.392.023	194	0,26
Região Sul	26.024.981	43	0,17
Região Centro-Oeste	12.317.233	32	0,26
BRASIL	176.876.251	375	0,21

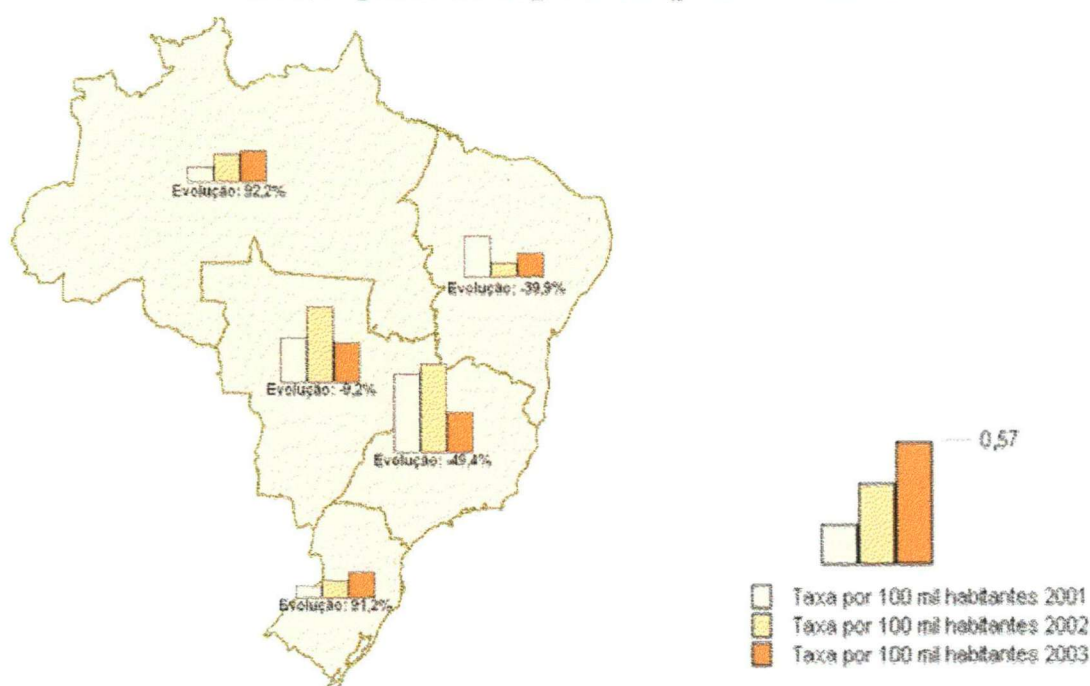
Fonte: MJ/ SENASP/ IBGE- Coordenação Geral de Pesquisa. Nesta tabela estão agregados os seguintes delitos: .Cálculo feito com base nos dados Censo Demográfico, Contagem Populacional e MS/SE/Datusus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos intercensitários.

Observando a Tabela 12 onde a distribuição do crime de extorsão mediante seqüestro que está separada por regiões, percebe-se que a região Sudeste é em 2001 e 2002 a que apresenta as maiores taxas, porém diminuindo mais de 50% em 2003. Observando a região Nordeste percebe-se taxas crescentes no período analisado. O Brasil como um todo reduziu o número deste tipo de crime ao longo do período mostrado na Tabela 12.

A seguir o mapa referindo-se ao crime de extorsão reflete bem como nas regiões brasileiras ocorreu a evolução deste tipo de crime em maior intensidade.

MAPA 3 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE OCORRÊNCIAS DE EXTORSÃO MEDIANTE SEQÜESTRO NO BRASIL.

Mapa Comparativo das Taxas de Ocorrências de *Extorsão Mediante Seqüestro* Registradas pelas Polícias Civis entre 2001 e 2003, segundo as Regiões Geográficas do Brasil



Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/Secretárias Estaduais de Segurança Pública/Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – Coordenação Geral de Pesquisa e Coordenação Geral de Análise da Informação/Polícia Civil/Polícia Militar/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <http://www.mj.gov.br/senasp/mapa/rel/cvcp01.htm> acesso 18/10/04.

Pode-se confirmar os dados da tabela anterior mostrando que na região Nordeste foi onde ocorreu um aumento maior deste tipo de crime. Na região Sul

embora tenha números pequenos em relação ao Brasil como um todo, também este tipo de crime teve um crescimento. Nas três outras regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste as taxas foram negativas, confirmando a baixa ocorrência deste crime.

3.2.5. Crimes Violentos Contra o Patrimônio.

Nesta categoria estão somados os roubos de forma geral com os crimes de extorsão mediante seqüestro.

TABELA 13 - OCORRÊNCIAS DE CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO, EM NÚMERO E TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, NO BRASIL E REGIÕES DE 2001/2003.

BRASIL e Regiões	População	Número de Ocorrências	Taxa por 100.000 habitantes
Dados p/(2001)	(2001)	(2001)	(2001)
Região Norte	13.245.016	32.006	241,6
Região Nordeste	48.331.118	95.278	197,1
Região Sudeste	73.470.738	444.726	605,3
Região Sul	25.453.492	87.358	343,2
Região Centro-Oeste	11.885.412	53.509	450,2
BRASIL	172.385.776	712.877	413,5
Dados p/ (2002)	(2002)	(2002)	(2002)
Região Norte	13.504.612	42.863	317,4
Região Nordeste	48.845.219	105.924	216,9
Região Sudeste	74.447.443	462.290	621,0
Região Sul	25.734.111	93.399	362,9
Região Centro-Oeste	12.101.547	60.922	503,4
BRASIL	174.632.932	765.398	438,3
Dados P/2003	(2003)	(2003)	(2003)
Região Norte	13.748.895	60.062	435,7
Região Nordeste	49.357.119	99.211	201,0
Região Sudeste	75.392.023	511.503	678,5
Região Sul	26.024.981	112.685	433,0
Região Centro-Oeste	12.317.233	72.811	591,1
BRASIL	176.876.251	856.272	484,1

Fonte: MJ/ SENASP/ IBGE- Coordenação Geral de Pesquisa. Nesta tabela estão agregados os seguintes delitos: extorsão mediante seqüestro, roubo a coletivo, roubo a estabelecimento comercial, roubo a transeuntes, roubo de carga, roubo a estabelecimento bancário, roubo de veículo, roubo seguido de morte e outros roubos. Cálculo feito com base nos dados Censo Demográfico, Contagem Populacional e MS/SE/Datusus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos intercensitários.

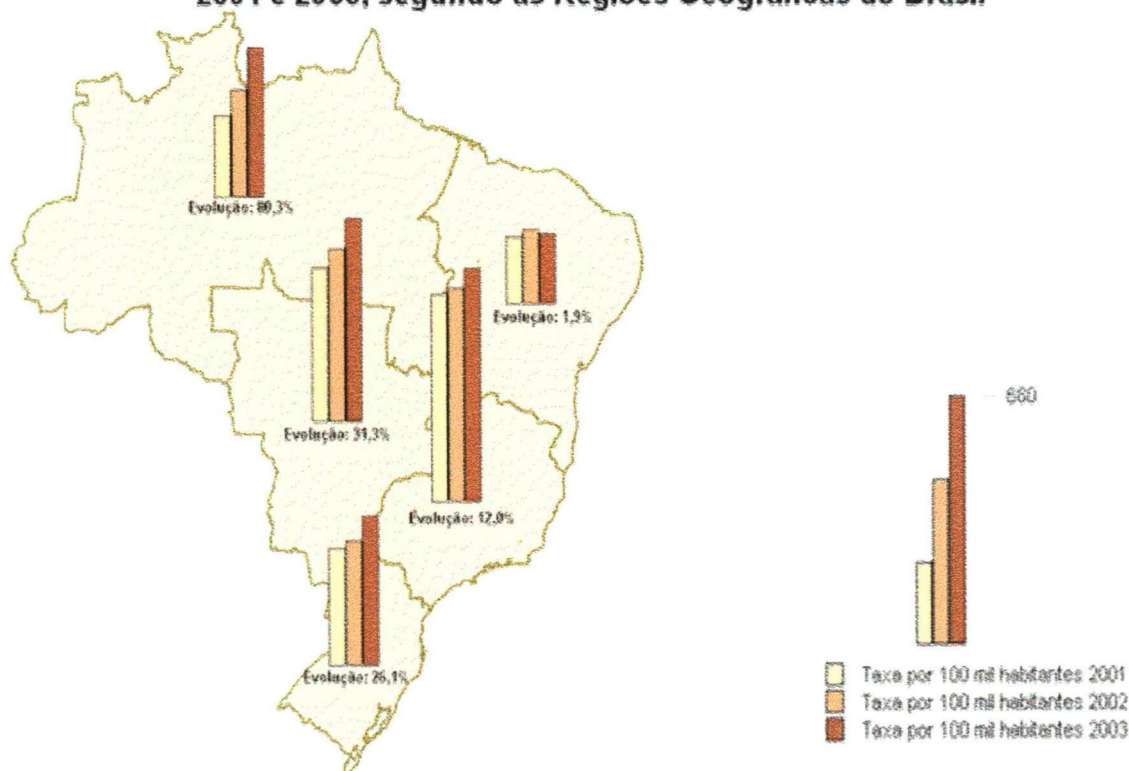
Lembrando que os crimes de Roubos sempre as pessoas não têm apenas os bens lesados, mas a vítima também é agredida com o uso de armas, que podem ser apenas mostradas ou utilizadas para cometer o delito.

A Tabela 13 nos mostra que no Brasil quando nos referimos a crimes Violentos Contra o Patrimônio ocorreu um crescimento no período abordado de 2001 e 2003. Logo após o mapa também reflete um crescimento, em todas as regiões do Brasil, mostrando uma evolução com taxas positivas em todo o país.

O mapa da evolução das taxas de ocorrências de crimes contra o patrimônio mostra a região Nordeste com crescimento de 80,3% destes crimes ao longo dos três últimos anos, mas em todo o Brasil as taxas são altas.

MAPA 4 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE OCORRÊNCIAS DE CRIMES VIOLENTOS CONTRA O PATRIMÔNIO NO BRASIL.

Mapa Comparativo das Taxas de Ocorrências de *Crimes Violentos Contra o Patrimônio* Registradas pelas Polícias Cíveis entre 2001 e 2003, segundo as Regiões Geográficas do Brasil



Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/Secretárias Estaduais de Segurança Pública/Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – Coordenação Geral de Pesquisa e Coordenação Geral de Análise da Informação/Polícia Civil/Polícia Militar/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <http://www.mj.gov.br/senasp/mapa/rel/cvcp01.htm> acesso 18/10/04.

Na região Norte do Brasil os índices de crescimento ficam em 1,9% no período de referência, mostrando que estes crimes têm poucos registros nesta região fato que ocorre devido talvez às baixas notificações.

A região Sudeste sem dúvida é a que registra os maiores índices, porém, com crescimento de 12% no período dos três anos.

3.2.6. Furtos.

Os furtos se referem aos crimes onde as pessoas são lesadas porém com constatação posterior, ou sem o porte de arma, desta maneira estão relacionados furtos a residências, furtos a transeuntes e outros furtos exceto furto de veículos.

Foram observados dados na tabela 14, referentes aos estados e capitais do Brasil, mas como em outros tipos de crimes apresenta alta taxa de subnotificação, ou seja, as vítimas acabam por não registrar as ocorrências nos órgãos competentes. Segundo os dados fornecidos pela SENASP, os estados com maiores taxas de furtos no Brasil são o Distrito Federal e o Rio Grande do Sul onde a cada 100 pessoas pelo menos 2 já foram vitimadas. Em duas unidades da federação, tanto em 1999 como em 2002 sendo elas, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, ocorreram muitos furtos, constando que dos crimes referenciados neste trabalho é o que apresenta os maiores números. Os Estados com menor registro de furtos do país são Alagoas e Ceará com taxas de 81,5 e 56,4 ocorrências por 100.000 habitantes. Na Tabela 14 as capitais dos estados onde as taxas são altas, também registram os maiores índices brasileiros como, Florianópolis capital de Santa Catarina apresenta 5074,7 ocorrências por 100.000 habitantes em 1999 é a maior em índices de furtos, seguida por Porto Alegre capital do Rio Grande do Sul 2955,6 em 1999 e Macapá 2229,8. Em 2001 Florianópolis ainda continua com taxas altas porém menores do que nos anos anteriores, Goiânia, Porto Velho, Natal e Boa Vista, são algumas capitais onde os índices de furtos são maiores do nos estados como um todo, sugerindo uma concentração deste tipo de crime intensa nos grandes centros. Fortaleza e Maceió são as capitais onde as taxas são as menores do país.

TABELA 14 - OCORRÊNCIAS DE FURTOS(1), POR 100 MIL HABITANTES NOS ESTADOS DE 2001/2002 E CAPITAIS DE 1999/2001 EM %.

Estados	2001	2002	Capitais	1999	2000	2001
Acre	1074,6	1298,6	Rio Branco	1100	1630,8	1853,7
Amazonas	577,2	770,2	Manaus	585,3	806,3	946,6
Amapá	1534,5	1746,3	Macapá	2229,8	1941,0	1626,2
Pará	473,8	709,8	Belém	1096,9	1191,9	1102,0
Rondônia	1289,0	1311,0	Porto Velho	1862,1	2050,4	2263,2
Roraima	1216,4	1369,4	Boa Vista	1744,2	1410	1639,7
Tocantins	512,3	391,3	Palmas	1210,9
Alagoas	81,5	Maceió	64,6	162,1	111,1
Bahia	737,2	787,8	Salvador	1104,6	1251,8	1418,8
Ceará	...	56,4	Fortaleza	48,4	59	60,4
Maranhão	483,8	619,6	São Luis	...	2047,1	2132,0
Paraíba	315,4	309,4	João Pessoa	806	576,5	881,4
Pernambuco(2)	Recife	726,1	743,6	515,0
Piauí	492,3	...	Teresina	...	1428,8	1441,0
Rio Grande do Norte	641,0	734,1	Natal	1674,3	1972,3	1563,8
Sergipe	823,5	887,6	Aracaju	1315	...	2075,6
Espírito Santo	508,3	664,3	Vitória	1004,7	1657,9	1134,4
Minas Gerais	603,2	884,9	Belo Horizonte	720,5	819	660,3
Rio de Janeiro	672,0	728,5	Rio de Janeiro	579,7	650,8	714,5
São Paulo	1469,0	1485,4	São Paulo	1121,8	1030,8	1098,9
Paraná	1024,5	1103,0	Curitiba	1037,3	1337,4	1492,6
Rio Grande do Sul	898,9	2031,0	Porto Alegre	2955,6	3149,5	3159,0
Santa Catarina	1852,8	1907,1	Florianópolis	5074,7	4366,7	3926,5
Distrito Federal	2580,4	2843,3				
Goiás	1323,4	1490,2	Goiânia	1732,1	1869	2348,0
Mato Grosso do Sul	898,9	1236,8	Cuiabá
Mato Grosso	972,9	1064,2	Campo Grande	1143,6	528,5	666,9

Fonte: Elaboração Própria com dados da Secretarias Estaduais de Segurança Pública, MJ/SENASP/DECASP/ Coordenação Geral de Informação, Estatística e Acompanhamento das Polícias, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(.....) Foi solicitado que estes estados façam uma conferência dos dados enviados à SENASP.

(1) Na categoria Furtos estão incluídos todos os furtos exceto Furto de Veículos

(2) A Secretaria de Defesa Social de Pernambuco está procedendo a uma revisão dos dados relativos a 2002.

Os crimes relacionados a Furtos cresceram quase que em todo o país, mas as taxas registradas são sem dúvida uma das mais preocupantes, pois são registradas entre as mais altas do mundo.

3.2.5. Furto de Veículos.

Na Tabela 15 estão os registros dos Furtos dos veículos, nas capitais e nos estados. Este tipo de crime resume-se em perda do patrimônio, no caso o veículo.

TABELA 15 - OCORRÊNCIAS DE FURTOS DE VEÍCULOS, POR 100 MIL HABITANTES NOS ESTADOS DE 2001/2002 E NAS CAPITAIS DE 1999/2001 EM %.

(Continua)

Estados	2001	2002	Capitais	1999	2000	2001
Acre	11,3	22,0	Rio Branco	9,2	32	24,9
Amazonas	15,8	26,6	Manaus	45,7	31,9	28,9
Amapá	Macapá	4,7
Pará	19,4	23,6	Belém	30,7	20,3	32,5
Rondônia	71,4	67,4	Porto Velho	109,8	81,3	86,2
Roraima	76,8	71,5	Boa Vista	143,6	41,4	119,9
Tocantins	18,5	Palmas	59,6
Alagoas	Maceió	24,5	6,3	19,9
Bahia	30,9	34,7	Salvador	75,3	63,3	81,5
Ceará	26,9	28,7	Fortaleza	15,2	34,3	71,5
Maranhão	8,9	10,8	São Luis	38,4	24,1
Paraíba	12,6	12,5	João Pessoa	21,4	15,7	43,5
Pernambuco(3)	Recife	103,5	157,1	31,7
Piauí	17,8	Teresina	44,3	50,4
Rio Grande do Norte	29,1	29,2	Natal	108,3	97,1	93,3
Sergipe	14,2	21,3	Aracaju	42	29,9
Espírito Santo	62,0	82,4	Vitória	185,8
Minas Gerais	89,3	97,9	Belo Horizonte	94,1	424,3	50,5
Rio de Janeiro	124,9	140,7	Rio de Janeiro	250,7	196,4	198,4
São Paulo	300,8	276,8	São Paulo	601,5	581,2	536,2
Paraná(2)	115,6	Curitiba	534,8	386,8	514,4
Rio Grande do Sul	180,1	172,1	Porto Alegre	404,5	443,8	494,9
Santa Catarina	114,8	109,5	Florianópolis	219,6	136,1	174,2

TABELA 15 - OCORRÊNCIAS DE FURTOS DE VEÍCULOS, POR 100 MIL HABITANTES NOS ESTADOS DE 2001/2002 E NAS CAPITAIS DE 1999/2001 EM %.

Estados	2001	2002	Capitais	1999	2000	2001
Distrito Federal	328,8	295,7				
Goiás	52,2	54,7	Goiânia	183,1	133,5	146,5
Mato Grosso do Sul	81,1	77,1	Cuiabá
Mato Grosso	28,8	38,4	Campo Grande	126,4	158,5	136,5

Fonte: Elaboração Própria com dados da Secretarias Estaduais de Segurança Pública, MJ/SENASP/DECASP/ Coordenação Geral de Estatística e Acompanhamento das Polícias, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e IBGE.

(.....)Foi solicitado que estes estados façam uma conferência dos dados enviados à SENASP.

(2) A Polícia Civil/PR não separa os registros de furtos de veículos e roubos de veículos.

(3) A Secretaria de Defesa Social de Pernambuco está procedendo a uma revisão dos dados relativos a 2001.

Segundo os dados fornecidos pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública, verifica-se que assim como no caso dos roubos de veículos, também encontramos as maiores taxas de furtos de veículos nos dois estados que possuem a maior frota do país, são eles, São Paulo e Rio de Janeiro.

O Distrito Federal é o primeiro em número de Furtos de Veículos na tabela, porém, como já foi mencionado anteriormente, este estado dispõe de um dos melhores sistemas de registros de crimes do país de acordo com dados da SENASP (2002).

Segundo as estatísticas além do Distrito Federal, os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro são nos quais registram-se os maiores números de ocorrências de Furtos de Veículos. Em relação as capitais do Brasil temos novamente que entre 1999 e 2001, São Paulo apresentou o maior número de ocorrências, contudo, logo após seguindo, às cidades de Curitiba e Porto Alegre com muitas ocorrências de furtos de veículos.

De acordo com os dados mostrados através das tabelas, pode-se concluir que os crimes contra o patrimônio registram mais ocorrências do que os contra a pessoa, podendo ser um reflexo da situação econômica em que o país se encontra.

TABELA 16 - OCORRÊNCIAS RELATIVAS À FURTOS SEGUNDO NÚMERO E TAXAS POR 100 MIL HABITANTES, NO BRASIL E REGIÕES DE 2001/2003.

BRASIL e Regiões	População	Total de Ocorrências de Ocorrências de Furtos	Taxa por 100.000 habitantes
Dados p/(2001)	(2001)	(2001)	(2001)
Região Norte	13.245.016	89.885	678,6
Região Nordeste	48.331.118	215.324	445,5
Região Sudeste	73.470.738	774.387	1.054,0
Região Sul	25.453.492	417.292	1.639,4
Região Centro-Oeste	11.885.412	165.111	1.389,2
BRASIL	172.385.776	1.661.999	964,1
Dados p/ (2002)	(2002)	(2002)	(2002)
Região Norte	115.605	115.605	856,0
Região Nordeste	245.293	245.293	502,2
Região Sudeste	855.463	855.463	1.149,1
Região Sul	430.645	430.645	1.673,4
Região Centro-Oeste	191.982	191.982	1.586,4
BRASIL	174.632.932	1.838.988	1.053,1
Dados P/2003	(2003)	(2003)	(2003)
Região Norte	13.784.895	153.876	985,7
Região Nordeste	49.357.119	263.053	533,0
Região Sudeste	75.392.023	977.005	1.295,9
Região Sul	26.024.981	519.928	1.997,8
Região Centro-Oeste	12.317.233	228.710	1.856,8
BRASIL	176.876.251	2.124.572	1.201,2

Fonte: MJ/ SENASP/ IBGE- Coordenação Geral de Pesquisa. Nesta tabela estão agregados os seguintes delitos: Furto, Furto a estabelecimento comercial, Furto à residência, Furto a transeunte, Furto de Veículos e Outros furtos. Cálculo feito com base nos dados Censo Demográfico, Contagem Populacional e MS/SE/Datasus, a partir de totais populacionais fornecidos pelo IBGE, para os anos intercensitários.

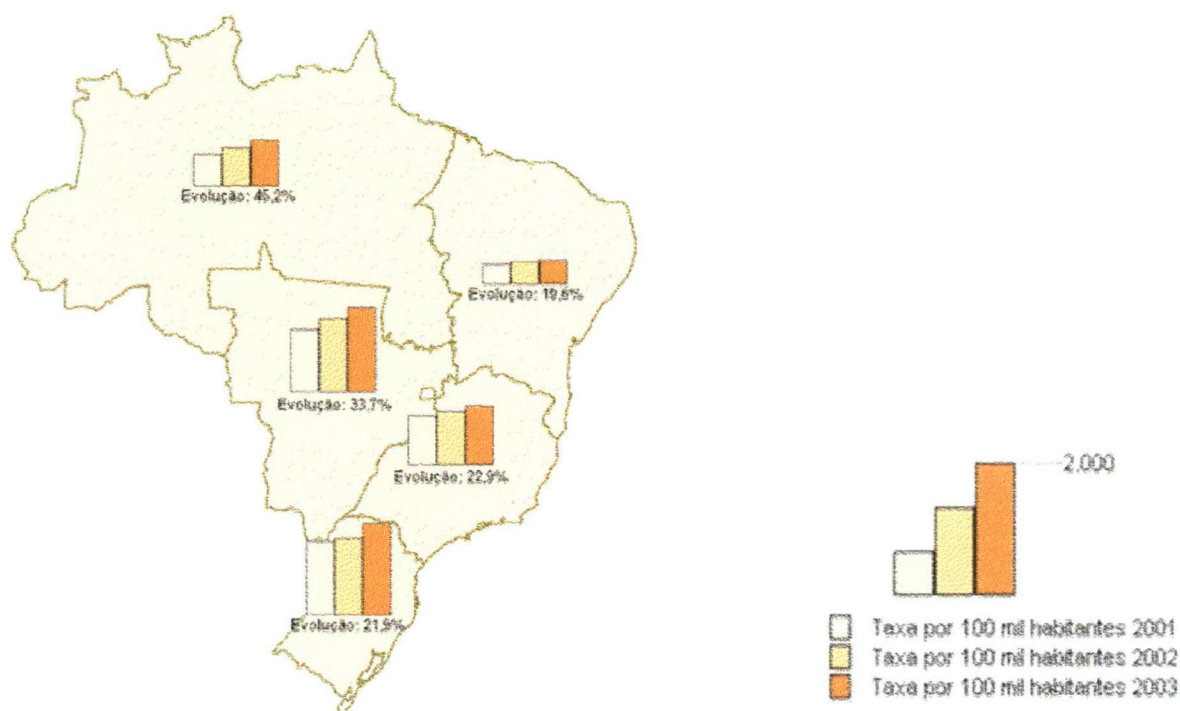
Procura-se relatar as ocorrências de furtos nas grandes regiões do Brasil, na Tabela 16, pode-se observar um crescimento destes tipos de crimes ao longo do período abordado de 2001 a 2003. Na região Sul, as taxas são mais acentuadas e ocorre um aumento de 2002 taxa de 1673,4, para 2003 taxa de 1997,8, ocorrendo um aumento de 20 %.

A região Centro-Oeste desponta com o segundo maior índice de ocorrência de Furtos do país, seguida da região Sudeste. O fato das regiões Sul e Centro-Oeste registrarem os maiores números em Furtos de Veículos, retratam como acontecem estes crimes principalmente no Distrito Federal e Rio Grande do Sul.

Com objetivo de proporcionar uma visão ainda melhor em relação às regiões brasileiras, temos o mapa abaixo, no qual observa-se a evolução das ocorrências de furtos em todo país, com destaque para a região Nordeste que apresentou o maior crescimento relacionado a Furtos do país, 45,2% nos últimos três anos.

MAPA 5 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE OCORRÊNCIAS DE FURTOS NO BRASIL.

Mapa Comparativo das Taxas de Ocorrências de *Furto* Registradas pelas Polícias Cíveis entre 2001 e 2003, segundo as Regiões Geográficas do Brasil



Fonte: Ministério da Justiça – MJ/Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/Secretárias Estaduais de Segurança Pública/Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública – Coordenação Geral de Pesquisa e Coordenação Geral de Análise da Informação/Polícia Civil/Polícia Militar/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em <http://www.mj.gov.br/scnasp/mapa/rel/cvcp01.htm> acesso 18/10/04.

Apresentado o cenário dos crimes cometidos no Brasil, com base nos dados disponíveis, para os estados, capitais e regiões teve-se uma idéia onde estes crimes

mais acontecem. Em relação aos crimes contra a pessoa os homicídios ocorrem nos estados do Rio de Janeiro, Pernambuco e Espírito Santo, caracterizados assim como sendo violentos no sentido de que as taxas de óbitos são altas. As capitais Recife (90,0) e Vitória (80,2) em óbitos por homicídios podem ser consideradas as mais violentas. As Lesões Corporais ocorrem em maior número nos estados do Amapá, Acre e Rio Grande do Sul, seguidos das capitais Macapá, Porto Velho e Porto Alegre.

Relacionado aos crimes contra o patrimônio, destacam-se os Roubos em 2002 nas unidades da federação: Distrito Federal (1107,3), São Paulo (811,1) e Rio de Janeiro (779,1) e em 2001 nas capitais: Porto Alegre (1421,8), Porto Velho (1440,7) e São Paulo (1067,1) sendo consideradas as maiores taxas do país. Os Roubos Seguidos de Morte têm índices baixos em relação aos outros crimes, e Aracaju é a capital de maior incidência. Ao verificar o crime de Roubos de Veículos destacam-se os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Rio Grande do Sul e suas capitais, com exceção de Brasília para qual não se mostrou dados, como sendo os locais mais incidentes neste tipo de crime. O crime de Extorsão mediante seqüestro tem maior incidência em São Paulo e Piauí.

Nas regiões Sudeste e Centro-Oeste os crimes Violentos contra o patrimônio ocorrem em maior proporção, englobando mais de 50% do total de registros destes crimes no Brasil.

Outros crimes como Furtos são mais freqüentes na região Sul, destacando os estados do Rio Grande do Sul (2.031,0) a Santa Catarina (1.907,1). Os estados do Distrito Federal (2.843,3) e Amapá (1.746,3) também estão entre os primeiros onde ocorrem mais Furtos. Nas capitais em 2001, destaca-se Florianópolis (3.926,5), Porto Alegre (3.159,0) e Goiânia (2.348,0) em índices de Furtos no Brasil. Já em Furtos de Veículos os estados são os mesmos que em Roubos de Veículos: Distrito Federal (295,7), São Paulo (276,8), Rio Grande do Sul (172,1) e Rio de Janeiro (140,7) em 2002 e as capitais São Paulo (536,2), Curitiba (514,4) e Porto Alegre (494,9) em 2001. Este crime é o de maior incidência no país, procurando justificar os índices de São Paulo e Rio de Janeiro, consta na pesquisa feita pela SENASP que neles está a maior parte da frota de veículos nacional.

4. INDICADORES SÓCIO-ECONÔMICOS.

Buscando retratar a realidade brasileira na última década, serão mostrados alguns indicadores que através de dados estatísticos, apresentam características sociais e econômicas. Os indicadores escolhidos foram: participação dos estados no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, Produto Interno Bruto *per capita* por estado, índice de GINI por regiões e Razão da Renda entre ricos e pobres, Pobreza e Taxa de Desemprego nos estados e regiões brasileiras,. As fontes utilizadas serão, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e Indicadores de Dados Básicos para o Brasil (IDB) disponíveis no site do Ministério da Saúde, entre outras fontes.

4.1. Produto Interno Bruto das Unidades da Federação.

O objetivo de apresentar a participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional está no sentido de medir a riqueza de cada estado, portanto mensurando o desempenho da economia em termos de renda e produto, procurando avaliar a atividade econômica. Na Tabela 17 temos os dados referentes ao PIB nos estados brasileiros, estes percentuais significam com quanto cada estado participa para formação total do PIB nacional. Observa-se o estado de São Paulo em 1998 com participação de 37,0%, portanto, sendo o maior valor agregado de produção do país, participando de quase 40% da produção nacional de bens e serviços, este estado concentra grande parte das indústrias brasileiras.

A importância de São Paulo para o Brasil está principalmente na geração de renda e emprego. Outros estados com participação menor, como Rio de Janeiro 11,07%, Minas Gerais 9,83% e Rio Grande 7,0%, registram as maiores participações para a formação do PIB no país em 1998.

A região Sudeste, contendo os três estados com maiores PIB do Brasil, participa com 59,4% do total brasileiro desta maneira representando a maior parte da riqueza do país. Roraima 0,1%; Acre 0,2%; Amapá 0,2% e Tocantins 0,2% são respectivamente os estados que em 1998, registram as menores participações no PIB do Brasil, podendo-se verificar a diferença que existe dentro da nação, entre os estados.

TABELA:17 - ESTRUTURA DO PRODUTO INTERNO BRUTO AO CUSTO DE FATORES POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE 1985/1998, EM %.

Estado	1985	1990	1995	1998
Norte	4,1	4,9	4,8	4,9
Rondônia	0,5	0,5	0,7	0,7
Acre	0,1	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,4	1,4	1,2	1,3
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	1,8	2,3	2,2	2,2
Amapá	0,1	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,1	0,1	0,2	0,2
Nordeste	13,5	13,1	12,5	12,7
Maranhão	0,9	1,1	1,0	1,0
Piauí	0,4	0,5	0,5	0,5
Ceará	1,8	1,6	1,7	1,8
Rio Grande do Norte	0,9	0,8	0,8	0,9
Paraíba	0,7	0,8	0,8	0,7
Pernambuco	2,5	2,5	2,3	2,3
Alagoas	0,7	1,0	0,8	0,8
Sergipe	0,7	0,6	0,5	0,5
Bahia	5,1	4,2	4,1	4,1
Sudeste	59,1	58,2	58,9	59,4
Minas Gerais	9,45	9,51	9,91	9,83
Espírito Santo	1,69	1,48	1,55	1,51
Rio de Janeiro	11,68	12,41	10,33	11,07
São Paulo	36,3	34,9	37,1	37,0
Sul	17,7	16,8	16,7	15,9
Paraná	6,3	6,1	6,3	5,9
Santa Catarina	3,5	3,4	3,2	3,0
Rio Grande do Sul	7,9	7,2	7,2	7,0
Centro- Oeste	5,6	6,9	7,2	7,2
Mato Grosso	0,9	1,0	1,1	1,1
Mato Grosso do Sul	1,0	1,1	1,4	1,4
Goiás	2,0	2,0	2,0	2,0
Distrito Federal	1,7	2,8	2,7	2,7
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IPEA. Disponível no site <http://www.ipea.gov.br>

Concentrados na região Norte do país, os estados citados anteriormente mostram níveis de produção de bens e serviços baixos em relação às outras unidades da federação, refletindo o quanto é carente esta região. As percentagens não mudam muito ao longo da década mostrada na Tabela 17 o que possibilita dizer que estes dados não devem ter sofrido muitas alterações de 1998 a 2004.

4.2. PRODUTO INTERNO BRUTO *PER CAPITA*.

O PIB *per capita*, indica o nível médio de renda da população e a tabela abaixo retrata os contrastes dentro do território nacional.

A Tabela 18 contém dados de 1998 a 2001, em valores de moeda corrente, aponta os rendimentos anuais da população nos estados brasileiros. O Distrito Federal é o primeiro em nível de renda *per capita* do país, em 2001 registra R\$ 15.757,71 seguido por São Paulo com R\$ 10.646,50, Rio de Janeiro com R\$ 10.168,11 e Rio Grande do Sul com R\$ 9.125,49. No outro extremo os estados do Maranhão com R\$ 1.796,20 e Piauí com R\$ 1.940,49 são os de menor renda *per capita* do país. Vale enfatizar que no estado do Distrito Federal o nível de renda é quase 50% maior do que no estado de São Paulo, segundo em renda *per capita* do Brasil. No Distrito Federal estão funcionários públicos com altos níveis salariais podendo assim aumentar o nível médio de renda da população, podendo justificar estes números. Vale observar a diferença entre a maior R\$ 15.757,71 e a menor R\$ 1.796,20 média de renda *per capita* entre os estados do Brasil.

TABELA 18 - PIB *PER CAPITA* (R\$) SEGUNDO UF DE 1998/2001. (Continua)

Estado	1998	1999	2000	2001
Rondônia	3.610,80	3.873,48	4.076,72	4.320,69
Acre	2.826,57	2.949,59	3.054,57	3.344,56
Amazonas	5.990,04	6.026,97	6.710,26	7.149,81
Roraima	2.861,47	3.061,54	3.443,31	3.614,50
Pará	2.697,94	2.832,59	3.054,44	3.429,36
Amapá	3.564,35	3.601,80	4.125,51	4.517,43
Tocantins	1.751,21	1.855,83	2.117,37	2.588,50
Maranhão	1.347,81	1.461,40	1.629,13	1.796,20
Piauí	1.624,31	1.731,36	1.874,60	1.940,49
Ceará	2.684,16	2.745,46	2.799,21	2.859,29
Rio Grande do Norte	2.606,69	2.881,06	3.346,68	3.493,18

TABELA 18 - PIB *PER CAPITA* (R\$) SEGUNDO UF DE 1998/2001. (Conclusão)

Estado	1998	1999	2000	2001
Paraíba	2.163,93	2.351,18	2.682,48	2.961,48
Pernambuco	3.295,83	3.432,54	3.678,42	3.961,54
Alagoas	2.283,01	2.369,56	2.488,11	2.649,69
Sergipe	2.984,06	3.172,83	3.318,06	4.514,34
Bahia	3.014,41	3.235,59	3.687,53	3.954,02
Minas Gerais	5.230,31	5.420,25	5.934,05	6.263,02
Espírito Santo	5.996,10	6.389,30	6.951,37	7.143,47
Rio de Janeiro	7.354,21	8.286,85	9.580,59	10.168,11
São Paulo	9.182,95	9.500,63	10.013,37	10.646,50
Paraná	6.131,02	6.583,47	6.898,03	7.506,11
Santa Catarina	6.446,26	6.998,57	7.921,05	8.540,57
Rio Grande do Sul	7.145,08	7.566,30	8.356,86	9.125,49
Mato Grosso	4.243,75	4.925,70	5.361,86	5.644,52
Mato Grosso do Sul	5.033,13	5.378,97	5.707,89	6.506,78
Goiás	3.671,66	3.695,79	4.330,20	4.895,63
Distrito Federal	13.052,89	11.298,43	14.424,62	15.757,71

Fonte: IBGE/PNAD, Elaborada por Rede Interagencial de informações para a saúde (IDB 2003 BRASIL). Indicadores de dados básicos para o BRASIL. Disponível na internet no site: <http://tabnet.datasus.gov.br>

Como o PIB *per capita* indica apenas a média dos rendimentos e não a sua real distribuição, os próximos itens procurarão mostrar os efeitos da real distribuição de renda no Brasil.

4.3. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.

No sentido de mostrar como se dá a distribuição de renda no país, verificam-se os indicadores, sendo o índice de GINI para as regiões e no Brasil e a Razão da Renda entre ricos e pobres, nos estados e regiões metropolitanas.

4.3.1. Índice de GINI.

O índice de GINI (Medida do grau de concentração de uma distribuição) é usado para calcular o grau de concentração de renda, de acordo com a distribuição da mesma. Como varia de zero (perfeita igualdade) a um (desigualdade máxima), podemos observar na Tabela 19 que há alguma diferença nas regiões. No Brasil

todo, percebe-se que ao longo da década considerada este indicador não apresenta muita variação, passando de (0,575) em 1992 para (0,572) em 2001, entretanto deve-se destacar que este índice é alto levando-se em conta que está acima da metade. A região Centro-Oeste ao longo do tempo registra os maiores índices e ainda supera o índice nacional em todos os anos considerados, desta maneira uma das partes do território onde os problemas de má distribuição de renda são os maiores do Brasil. No outro extremo observamos as regiões norte e sul com índices um pouco menores do que a média nacional, tendo assim a distribuição de renda melhorada ao longo da década.

TABELA19 - ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTOS, POR GRANDES REGIÕES – 1992/2001.

Brasil e Regiões	1992	1995	1998	2001
Norte Urbana	0,552	0,574	0,569	0,543
Nordeste	0,576	0,584	0,581	0,566
Sudeste	0,554	0,574	0,561	0,554
Sul	0,554	0,571	0,558	0,543
Centro-Oeste	0,594	0,592	0,600	0,585
BRASIL (1)	0,575	0,592	0,584	0,572

Fonte: IBGE, PNAD, Síntese de Indicadores 2001.

(1) Exclui-se a população da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Nota: O índice de GINI mede o grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a máxima desigualdade).

Disponível no site: <http://www.coeplibrasil.org.br/combate.asp?img=tabela310> acesso 23/10/2004.

O índice de GINI reflete as grandes diferenças sociais e econômicas existentes no país devido, a má distribuição de renda entre a população.

4.3.2. Razão da Renda entre ricos e pobres.

Esta razão é calculada segundo o número de vezes que a renda do quinto superior da distribuição de renda, (20% mais ricos), é maior que a renda do quinto inferior, (20% mais pobres), da população residente nos estados e nas regiões brasileiras.

TABELA 20 - NÚMERO DE VEZES QUE A RENDA DOS 20% MAIS RICOS SUPERA A DOS 20% MAIS POBRES, SEGUNDO UF E NO BRASIL, PERÍODO DE 1995/2002.

Estado	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Rondônia	19,81	17,47	20,26	18,34	19,37	22,21	17,41
Acre	20,79	28,87	34,49	27,94	34,49	30,59	26,32
Amazonas	20,12	16,54	19,37	26,04	19,37	22,21	19,82
Roraima	9,45	15,34	16,80	20,63	16,80	20,75	20,42
Pará	11,80	13,64	17,80	17,81	17,80	16,97	17,36
Amapá	18,11	14,61	24,22	26,70	24,22	15,02	17,76
Tocantins	28,97	34,14	19,37	24,88	19,37	23,63	17,42
Maranhão	22,15	23,18	17,78	22,82	17,78	20,15	17,44
Piauí	28,56	26,35	25,61	23,67	25,61	27,81	28,81
Ceará	14,79	17,13	26,36	25,61	26,36	26,25	23,01
Rio Grande do Norte	20,37	22,41	23,22	20,13	23,22	22,20	20,57
Paraíba	25,45	23,71	33,06	28,32	33,06	21,81	20,14
Pernambuco	13,77	16,09	24,40	23,15	24,40	28,23	24,14
Alagoas	24,89	26,99	19,66	23,74	19,66	23,73	18,56
Sergipe	22,39	23,03	29,58	28,14	29,58	22,80	17,03
Bahia	16,00	18,51	20,70	22,67	20,70	23,72	22,57
Minas Gerais	18,32	17,30	20,27	20,98	20,27	20,55	18,86
Espírito Santo	23,98	21,44	22,79	23,90	22,79	24,08	21,56
Rio de Janeiro	22,87	23,76	18,25	20,20	18,25	20,72	16,58
São Paulo	16,88	15,36	17,32	17,24	17,32	19,29	18,80
Paraná	16,49	14,75	22,57	21,02	22,57	21,38	14,86
Santa Catarina	17,36	15,68	16,26	16,83	16,26	13,55	12,03
Rio Grande do Sul	15,05	16,74	20,96	20,35	20,96	19,51	17,86
Mato Grosso	19,68	21,00	16,62	20,11	16,62	21,26	20,63
Mato Grosso do Sul	15,27	22,62	18,89	16,20	18,89	19,39	18,27
Goiás	18,64	20,26	18,45	19,16	18,45	18,70	17,93
Distrito Federal	25,35	28,34	32,66	31,86	32,66	33,67	32,21
BRASIL	17,80	17,60	28,72	27,53	26,18	27,08	26,13

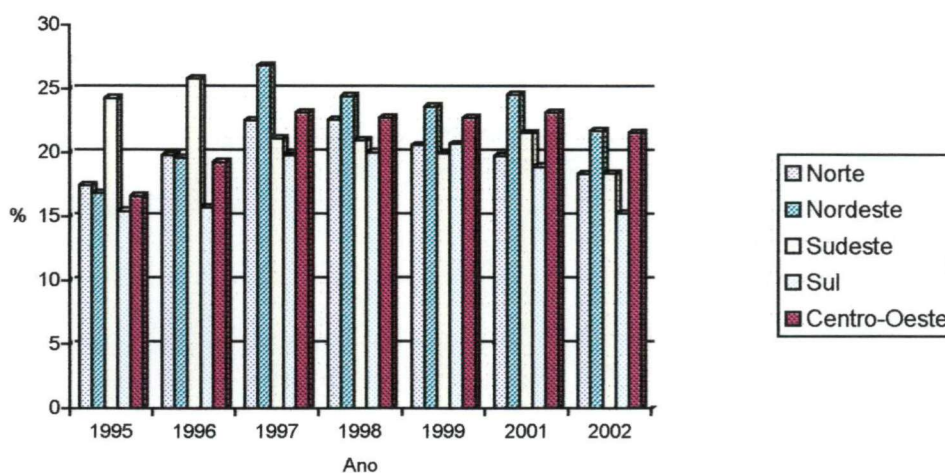
Fonte: IBGE/PNAD, Elaborada por Rede Interagencial de informações para a saúde (IDB 2003 BRASIL). Indicadores de dados básicos para o BRASIL. Dados não disponíveis para 2000, tendo em vista que as diferenças entre os planos amostrais do Censo-2000 e da PNAD impossibilitam a comparação entre os indicadores obtidos destas fontes. Disponível no Site: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd>. Acesso 17/10/2004.

Na Tabela 20, este indicador socioeconômico revela alguns fatos interessantes como, por exemplo, o Distrito Federal que em 2002 registra a maior diferença de 32,21 vezes entre ricos e pobres, confirmando a desigualdade social

dentro desse estado, todavia, na Tabela 18 registrou os maiores valores de PIB *per capita* do Brasil. Outro estado é o Piauí que apresenta uma diferença de 28,81 vezes entre ricos e pobres, contudo, sendo um dos de menor rendimento *per capita* do país. O Acre também aparece com diferença de 26,32 vezes, entretanto, considerado um estado pobre com participação no PIB nacional, não ultrapassando os 0,2%.

Ainda na Tabela 20, o estado de Santa Catarina é o que registra a menor diferença de 12,03 entre ricos e pobres. No Brasil em 2002 a diferença entre os ricos e pobres era de 26,13 vezes, um valor alto para um país em desenvolvimento, dessa maneira, estes números confirmam a desigualdade social e a má distribuição de renda dentro do país.

GRÁFICO: 2- NÚMERO DE VEZES QUE A RENDA DOS 20% MAIS RICOS SUPERA A DOS 20% MAIS POBRES, NAS REGIÕES DO BRASIL.



Fonte: Elaboração Própria com dados da tabela B.4 Razão de Renda, fonte: IBGE/PNAD, Elaborada por Rede Interagencial de informações para a saúde (IDB 2003 BRASIL). Indicadores de dados básicos para o BRASIL. Dados não disponíveis para 2000, tendo em vista que as diferenças entre os planos amostrais do Censo-2000 e da PNAD impossibilitam a comparação entre os indicadores obtidos destas fontes. Disponível no Site: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd>. Acesso 17/10/2004.

No gráfico 2 pode-se visualizar as regiões brasileiras, observando que todas ficam abaixo da média nacional de 26,13 em 2002, porém, confirmando a região Nordeste com a maior diferença de 21,71 entre ricos e pobres. A região Sudeste no início do período mostrado estava com uma diferença maior, acima de 25,0 do que

no ano 2002 de 18,38 melhorando a relação entre ricos e pobres. A região Sul, exceto para o ano de 1999, apresentou as menores diferenças regionais do país.

A Tabela 21, dividida por regiões metropolitanas registra-se Salvador com as maiores diferenças de renda ao longo do período abordado. As regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba se alternam durante os anos de 1995 a 2002 com as menores diferenças entre os rendimentos de ricos e pobres.

TABELA 21- NÚMERO DE VEZES QUE A RENDA DOS 20% MAIS RICOS SUPERA A DOS 20% MAIS POBRES, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS DE 1995/2002.

Região	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Metropolitana							
Belém	19,12	24,55	22,46	24,47	22,57	21,94	20,99
Fortaleza	20,99	25,44	23,00	22,91	23,99	28,30	22,69
Recife	18,50	23,66	24,84	27,49	25,93	28,19	26,66
Salvador	28,15	32,04	31,17	27,21	29,15	28,74	26,11
Belo Horizonte	20,20	20,51	21,67	22,38	20,30	19,49	17,98
Rio de Janeiro	19,38	21,98	19,77	19,78	17,81	21,52	18,24
São Paulo	15,66	17,92	19,15	20,49	20,23	22,86	22,43
Curitiba	18,98	15,52	20,80	20,35	20,98	20,18	18,40
Porto Alegre	20,53	21,96	19,32	20,52	21,23	19,86	20,51

Fonte: IBGE/PNAD. Informações não disponíveis para a área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP. Dados não disponíveis para 2000, tendo em vista que as diferenças entre os planos amostrais, do Censo-2000 e da PNAD impossibilitam a comparação entre os indicadores obtidos destas fontes. Site consultado: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idx> Acesso 17/10/2004.

Em 2002 a região metropolitana de Recife é a primeira sendo 22,69 a diferença entre ricos e pobres, menor do que a média nacional de 26,13 em 2002 na Tabela, apontando uma diferença maior entre rendimentos de ricos e pobres nas capitais.

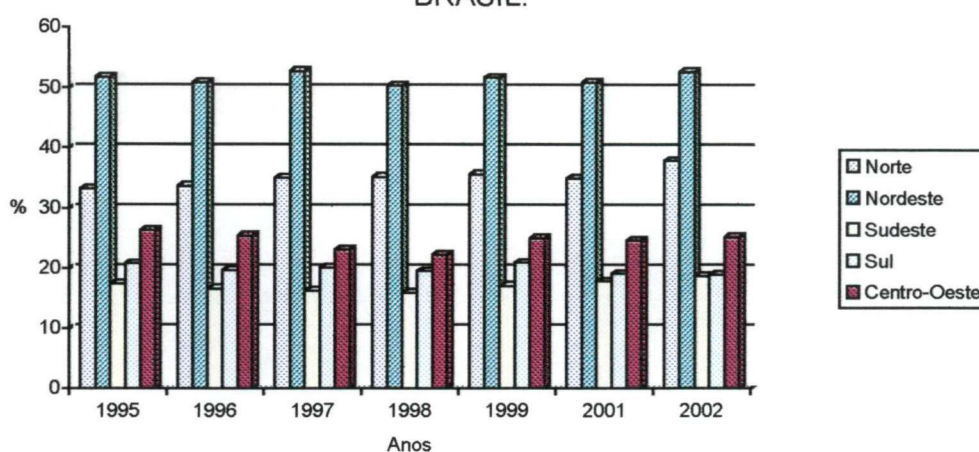
4.4. PROPORÇÃO DOS POBRES.

A proporção dos pobres aqui considerada refere-se ao percentual da população, com renda familiar mensal *per capita*, de até meio salário mínimo.

Ao observar o Gráfico 3, que mostra as regiões brasileiras, fica claro o quanto se concentra de população pobre na região Nordeste. Mais de 50% em todos os anos apontados no gráfico e em 2002 chega a 52,7% do total da sua população estava em estado de pobreza.

A região Sudeste em 2002 aponta 18,7% do total de sua população em estado de pobreza, podendo-se através destes dados perceber mais uma vez a desigualdade que existe entre esta população brasileira.

GRÁFICO: 3- PROPORÇÃO DE POBRES, NAS REGIÕES DO BRASIL.



Fonte: Elaboração Própria segundo dados da Tabela B.5. Proporção dos Pobres: IBGE/PNAD.

Os valores da renda do ano 1995 a 1999 foram inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2001 e expressos em salários mínimos de 2001. Dados não disponíveis para 2000, tendo em vista que as diferenças entre os planos amostrais do Censo-2000 e da PNAD impossibilitam a comparação entre os indicadores obtidos destas fontes. Informações não disponíveis para a área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Disponível no site : <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2003> Acesso 17/10/2004.

Na Tabela 22 constam dados de 1998 a 2002, os quais mostram Maranhão, Piauí e Alagoas com percentuais altos, mais de 50% da população, em estado de pobreza, com renda *per capita* de meio salário mínimo por mês. Observando os estados de São Paulo e Rio de Janeiro percebe-se que, ao longo da série estes percentuais de pobreza são os menores do país; reflexo da industrialização nestes estados, nos quais há melhores condições de emprego e renda. A Tabela 22 ainda mostra no estado de Roraima com crescimento, de 7,4% em 1998 para 38,8% em

2002, do seu percentual de população pobre, ainda sendo o estado o qual registra a menor participação no PIB nacional.

TABELA 22 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO EM ESTADO DE POBREZA, NOS ESTADOS E NO BRASIL DE 1995/2002.

Estados e Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Rondônia	24,8	23,0	22,3	18,4	19,7	28,7	27,4
Acre	24,4	28,3	26,4	27,4	32,9	32,6	37,3
Amazonas	31,3	30,2	34,6	38,5	38,7	36,1	40,4
Roraima	7,4	15,6	19,9	23,4	20,4	28,7	38,8
Pará	36,6	40,4	38,3	38,3	38,5	38,4	38,4
Amapá	29,8	24,7	34,0	32,0	34,8	16,2	38,5
Tocantins	50,7	40,4	52,7	47,2	46,9	42,6	47,4
Maranhão	60,4	60,6	66,5	63,4	63,5	56,9	59,2
Piauí	59,1	56,9	61,7	58,8	59,9	53,0	57,2
Ceará	53,8	54,4	55,5	52,1	54,1	52,1	52,1
Rio Grande do Norte	49,1	45,9	43,1	46,1	46,0	45,5	45,5
Paraíba	50,3	50,5	50,9	48,5	48,2	54,5	52,5
Pernambuco	45,4	44,5	46,7	42,5	45,2	46,5	48,6
Alagoas	54,8	54,0	51,1	54,2	56,4	57,4	60,6
Sergipe	43,4	44,5	43,9	41,3	43,8	45,2	45,7
Bahia	50,7	48,9	51,4	48,7	49,6	49,5	52,6
Minas Gerais	31,1	29,7	29,3	28,9	28,9	28,5	29,3
Espírito Santo	32,6	30,6	29,8	29,0	27,7	32,0	29,0
Rio de Janeiro	16,6	14,9	15,2	13,5	14,2	15,9	15,0
São Paulo	9,7	9,7	9,1	9,4	11,5	12,3	14,1
Paraná	25,1	23,3	23,1	22,5	24,8	22,5	20,9
Santa Catarina	17,6	16,3	16,8	15,9	17,2	12,8	13,3
Rio Grande do Sul	18,4	18,1	18,9	18,4	19,3	19,1	19,9
Mato Grosso	27,4	28,5	27,1	24,6	25,3	25,8	27,8
Mato Grosso do Sul	26,5	26,4	25,1	22,7	25,9	24,4	25,8
Goiás	30,6	27,4	24,8	24,5	27,5	26,8	26,0
Distrito Federal	13,7	15,5	11,8	13,2	17,8	18,1	19,4
BRASIL	29,4	28,5	28,9	27,8	29,2	29,0	30,0

Fonte: IBGE/PNAD, Elaborada por Rede Interagencial de informações para a saúde (IDB 2003 BRASIL). Indicadores de dados básicos para o BRASIL. Dados não disponíveis para 2000, tendo em vista que as diferenças entre os planos amostrais do Censo-2000 e da PNAD impossibilitam a comparação entre os indicadores obtidos destas fontes.

Os valores da renda do ano de 1998/1999 foram inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2001 e expressos em salários mínimos de 2001. Informações não disponíveis para a área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Disponível no site: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2003> acesso 17/10/2004.

Na Tabela 22 em 2002 o estado de Santa Catarina, é o menor em proporção de pobres com 13,3% de sua população, nessas condições. Novamente observa-se a grande diferença entre o primeiro e o último estado na colocação aqui descrita. A média nacional em 2002 fica nos 30%, metade do percentual do primeiro estado com população pobre.

Na Tabela 23 este percentual de pobreza esta dividido por grandes regiões metropolitanas, entre as quais destaca-se Fortaleza e Recife que em 2002 indicam que mais de 35% da sua população tem rendimentos inferiores a meio salário mínimo. A região metropolitana de Curitiba, em 2002 é a que tem o menor percentual da população em estado de pobreza, cerca de 13,5%.

TABELA 23 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO EM ESTADO DE POBREZA, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS, DE 1995/2002.

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Metropolitanas							
Belém	21,2	26,6	25,1	25,4	28,4	32,0	32,6
Fortaleza	35,0	35,4	35,4	34,9	38,8	38,8	38,5
Recife	31,6	28,0	30,8	30,6	34,3	32,8	35,5
Salvador	31,1	29,0	28,9	25,6	29,1	30,1	33,4
Belo Horizonte	17,2	18,7	17,2	18,5	19,0	18,4	19,4
Rio de Janeiro	13,4	12,3	12,4	10,5	11,6	14,3	14,0
São Paulo	7,0	7,8	7,3	8,1	10,7	11,3	13,8
Curitiba	10,8	8,8	11,5	11,1	13,1	13,7	13,5
Porto Alegre	11,9	11,7	11,3	11,9	14,1	13,3	15,9

Fonte: IBGE/PNAD. Elaborada por Rede Interagencial de Informações para a saúde (IDB2003) Dados Básicos para o Brasil. Os valores da renda do ano 1995 a 1999 foram inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2001 e expressos em salários mínimos de 2001. Dados não disponíveis para 2000, tendo em vista que as diferenças entre os planos amostrais do Censo-2000 e da PNAD impossibilitam a comparação entre os indicadores obtidos destas fontes. Informações não disponíveis para a área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Disponível no site: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2003>, acesso 17/10/2004.

Após ter sido apresentado estes dados de proporção de pobres, conclui-se que no Brasil existe uma grande parte de indivíduos vivendo com muita dificuldade, por falta de rendimentos que lhe garantam condições de sustentar sua família.

4.5. TAXA DE DESEMPREGO.

A Taxa de Desemprego é considerada neste estudo, como percentual da população residente economicamente ativa que se encontra sem trabalho, na semana da referência, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. A população ativa deve ter 10 anos ou mais.

TABELA 24 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DESOCUPADA, NOS ESTADOS E NO BRASIL DE 1995/2002. (Continua)

Estados e Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Rondônia	7,4	5,6	6,2	6,4	9,1	8,8	6,4
Acre	9,3	8,4	8,3	7,9	10,6	7,8	5,6
Amazonas	10,7	10,5	14,6	18,2	18,7	10,2	12,3
Roraima	13,5	12,0	2,9	6,7	6,6	8,6	5,7
Pará	7,8	7,9	9,6	8,2	9,6	10,0	10,1
Amapá	13,0	6,8	9,8	10,2	14,4	18,0	20,4
Tocantins	6,2	4,2	7,6	5,5	5,1	6,0	7,4
Maranhão	2,9	2,9	3,5	3,4	4,3	6,8	5,3
Piauí	2,3	3,0	3,8	4,9	3,4	5,5	4,8
Ceará	5,0	4,8	6,1	6,2	6,3	7,1	7,9
Rio Grande do Norte	6,3	5,9	8,9	7,6	9,2	7,8	6,6
Paraíba	2,5	2,8	5,6	5,6	7,8	7,8	7,4
Pernambuco	5,6	8,0	8,5	8,1	10,1	10,1	9,8
Alagoas	8,0	7,8	7,5	11,4	13,7	11,1	8,4
Sergipe	6,8	8,3	6,0	10,2	8,9	11,6	10,2
Bahia	6,7	7,7	7,7	8,1	9,1	10,0	9,8
Minas Gerais	4,7	5,9	6,4	8,2	8,7	9,4	9,0
Espírito Santo	4,6	6,3	6,5	6,7	8,2	9,0	9,8
Rio de Janeiro	7,4	8,2	9,3	10,8	11,4	12,2	11,6
São Paulo	7,7	8,8	10,3	12,4	12,6	11,2	11,5
Paraná	5,7	5,6	6,9	7,6	9,2	7,7	7,0
Santa Catarina	3,2	4,2	4,7	6,7	7,2	4,2	4,5
Rio Grande do Sul	5,1	5,9	7,0	7,6	7,3	6,7	6,7
Mato Grosso	5,8	6,6	5,1	7,4	7,4	6,0	6,8
Mato Grosso do Sul	6,0	8,3	8,8	9,9	8,8	8,8	7,9
Goiás	6,5	7,4	6,7	7,9	8,9	8,1	6,5

TABELA 24 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DESOCUPADA, NOS ESTADOS E NO BRASIL DE 1995/2002. (Conclusão)

Estados e Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Distrito Federal	8,1	12,7	10,0	11,9	14,8	14,5	14,1
BRASIL	6,1	6,9	7,8	9,0	9,6	9,4	9,2

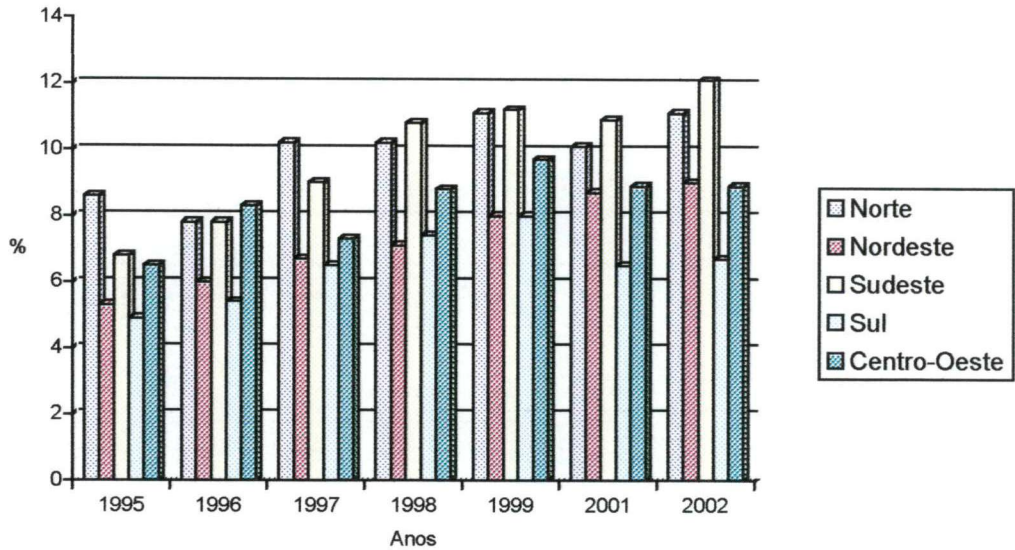
Fonte: IBGE/PNAD. Elaborada por Rede Interagencial de Informações para a saúde (IDB2003) Dados Básicos para o Brasil. Dados não disponíveis para 2000, tendo em vista que as diferenças entre os planos amostrais do Censo-2000 e da PNAD impossibilitam a comparação entre os indicadores obtidos destas fontes. Informações não disponíveis para a área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP. Disponível no site: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2003> acesso 17/10/2004

Na Tabela 24 foram relacionados os estados brasileiros, mostrando quanto do total da população ativa de cada estado, estava desempregada naquele momento.

Os estados do Amapá e Amazonas são os que apresentam maiores taxas de desemprego no País de 1995 a 2002. No Amapá em 2002 tem-se que 20,4%, da população economicamente ativa, encontrava-se desempregada, uma taxa bastante elevada. Ainda em 2002 o Distrito Federal 14,1%, é o segundo com maior taxa de desemprego, observando que este estado é no mesmo ano o primeiro em desigualdade entre ricos e pobres. Amazonas 12,3%, Rio de Janeiro 11,6% e São Paulo com 11,5%, são os estados depois do Distrito Federal com os maiores índices de desemprego do país.

Ao observar a taxa nacional de 9,2% em 2002, pode-se dizer que nos dias de hoje esta aumentou, pois estão entre 10% e 11%, em queda segundo o governo.

GRÁFICO: 4 - TAXA DE DESEMPREGO NAS REGIÕES DO BRASIL.



Fonte: Elaboração Própria segundo dados da Tabela B.6. Taxa de desemprego: IBGE/PNAD.

Dados não disponíveis para 2000, tendo em vista que as diferenças entre os planos amostrais do Censo-2000 e da PNAD impossibilitam a comparação entre os indicadores obtidos destas fontes. Informações não disponíveis para a área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Disponível no site : <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibd2003> Acesso 17/10/2004.

Em termos regionais verifica-se no Gráfico 4 a região Sudeste registrando os maiores índices de desemprego do país superando a média nacional chegando a 12,1% em 2002. Provando o quanto este problema tem atingido os brasileiros. A região Sul mesmo com taxa superior aos 4,5% é a menor em termos de Taxa de Desemprego.

Na Tabela 25 temos a taxa de Desemprego para as regiões metropolitanas do Brasil, nesta os percentuais são ainda mais altos, chegando 19,3% em 2002 o percentual na região metropolitana de Salvador, sugerindo uma situação de falta de emprego maior no interior do estado do que na capital. No outro extremo aparece a região metropolitana de Curitiba que em 2002 registra 9,1% de taxa de desemprego, da mesma forma na região metropolitana de Curitiba, o desemprego é maior do que no estado do Paraná.

TABELA 25 - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS OU MAIS DESOCUPADA, SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS, DE 1995/2002.

Regiões	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
Metropolitanas							
Belém	9,0	10,7	12,7	10,3	16,5	14,1	13,1
Fortaleza	9,3	8,7	10,3	11,0	12,2	12,0	13,5
Recife	9,2	10,9	13,2	14,7	14,1	12,0	14,9
Salvador	9,6	14,8	16,2	17,2	19,2	15,6	19,3
Belo Horizonte	7,0	8,5	9,7	12,7	14,3	12,7	12,2
Rio de Janeiro	7,5	8,6	9,6	11,1	11,5	12,7	13,5
São Paulo	8,4	9,7	12,6	14,9	15,8	13,2	12,2
Curitiba	6,6	6,2	9,0	11,2	11,1	9,4	9,1
Porto Alegre	7,5	8,6	9,2	11,1	10,1	8,7	9,9

Fonte: IBGE/PNAD. Elaborada por Rede Interagencial de Informações para a saúde (IDB2003) Dados Básicos para o Brasil. Dados não disponíveis para 2000, tendo em vista que as diferenças entre os planos amostrais do Censo-2000 e da PNAD impossibilitam a comparação entre os indicadores obtidos destas fontes. Informações não disponíveis para a área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP. Site consultado: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2003>

Após relacionar e comentar cada um desses indicadores econômicos relacionados ao nível de renda e desemprego basicamente, se busca chegar a algumas conclusões a respeito do retrato socioeconômico do país de acordo com o que foi mostrado nesse trabalho.

De acordo com a participação dos estados no total do PIB brasileiro, verifica-se como o país está dividido economicamente, sendo São Paulo responsável por 36% do total e em seguida Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul que juntos somam 27,9% deste total. Outros estados como Roraima 0,1%, Amapá 0,2% Tocantins 0,2% e Acre 0,2% são os de menor participação no PIB nacional.

Em relação ao PIB per *capita*, destaca-se Distrito Federal com R\$ 15.757,71, São Paulo R\$10.646,50 e Rio de Janeiro R\$10.168,11 como os estados de melhor nível de renda no país e Maranhão com R\$ 1.796,20 e Piauí R\$ 1.940,49 registrando as menores rendas.

O índice de GINI, medindo o grau de concentração de renda no Brasil, aponta a região Centro-Oeste onde este problema é mais grave. Em termos nacionais o índice é de (0,572) em 2001, mostrando a desigualdade social para a realidade brasileira.

Ao se referir a diferença entre ricos e pobres, os estados do Distrito Federal, Piauí, Acre são os primeiros ficando todos acima da média nacional de 26,13%. Este diferencial entre os ricos e pobres abordado aqui é um dos indicadores que permite verificar as desigualdades entre os estados e nos próprios, pois mostra quantas vezes a população rica ganha a mais do que a população pobre.

Para avaliar a pobreza no Brasil apontam-se os estados de Alagoas, Maranhão e Piauí liderando este ranking, com mais de 57,0% de suas populações ganhando menos de meio salário mínimo por mês, refletindo as dificuldades da população em suprir suas necessidades básicas.

Segundo a taxa de Desemprego os estados do Amapá com 20,4%, Distrito Federal 14,1%, Amazonas 12,3%, Rio de Janeiro 11,6% e São Paulo 11,5% são os que mais sofrem com este indicador no Brasil, observando que a região Sudeste é responsável por quase 60% da produção de bens e serviços.

Santa Catarina é o estado de menor taxa de desemprego e com as menores diferenças entre ricos e pobres.

Em termos regionais a pesquisa aponta um índice de desemprego e de diferenças entre ricos e pobres maiores nas capitais do que nas regiões metropolitanas. Já em proporção da população em estado de pobreza, as regiões metropolitanas têm percentuais maiores do que nos estados.

5 - COMPARAÇÃO ENTRE CRIMES E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL.

Resgatando os dados que foram destacados, referentes aos indicadores socioeconômicos e a criminalidade no Brasil, pôde-se deduzir que em alguns estados e regiões existe uma certa coincidência de crescimento ou redução.

Alguns estados como: Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro entre outros merecem destaque, pois procuram mostrar uma provável relação entre crime e a realidade sócio-econômica.

Ao examinar simultaneamente os índices econômicos e os dados da criminalidade, observa-se que no Distrito Federal, em 2002 ocorre um grande número de Roubos e Furtos, inclusive de veículos e as tabelas referentes aos

indicadores econômicos, apontam este estado como tendo a melhor Renda *per capita* do país, mas, por outro lado sendo o primeiro em diferenças entre ricos e pobres.

O estado de São Paulo é responsável por grande parte do PIB nacional, portanto, o primeiro em geração de emprego e renda sendo o segundo em PIB *per capita*, todavia, seu índice de desemprego é um dos mais altos ficando em 2002 acima da média nacional. Em relação aos crimes é primeiro em Furto de Veículos e está entre os estados onde mais ocorrem, outros Furtos e Roubos inclusive de veículos. Em relação ao crime de Extorsão mediante seqüestro é onde mais acontece e como já foi citado este deixa a população atemorizada.

No Rio de Janeiro os índices de Furtos, Roubos são altos, o mesmo ocorrendo com os homicídios, entretanto, sua população conta com um nível de renda *per capita* menor apenas que os dois estados citados anteriormente. Comparando com os demais, este estado registra o terceiro índice de desemprego do país, ficando acima da média nacional.

O Rio Grande do Sul também é um dos estados que está entre os primeiros em número de Roubos e Furtos, ainda registra grande número de ocorrências de Lesões Corporais. Quando se observa, os índices econômicos deste, percebe-se que é um dos quais a participação no PIB nacional é das maiores, além de ter a quarta renda *per capita* do Brasil.

Outros estados como Piauí, Maranhão relatam índices de criminalidade baixos, porém, os mesmos sofrem com a má distribuição de renda, alta proporção da sua população em estado de pobreza, além, de serem os estados onde a renda *per capita* são as menores do país.

Em termos gerais a região Sudeste apresenta os maiores índices de crimes contra a propriedade e ao relacionar com os indicadores apresenta a maior taxa de desemprego sendo que é a responsável por quase 60% do total de produção de bens e serviços do Brasil.

Em proporção de pobres a região Nordeste registra mais de 50% da sua população nessas condições, em diferença de rendimentos de ricos e pobres também é a primeira do Brasil, mas, o número de crimes contra o patrimônio é mais baixo do que nas demais.

Na região Norte alguns crimes estão aumentando como os mapas mostraram, mas, ainda assim estes números são baixos em relação às outras regiões. Em relação aos indicadores esta região não aparece como mais crítica.

A região Centro-Oeste é onde está a maior desigualdade de renda, segundo o índice de GINI, superando o índice nacional em 2001. Em relação à criminalidade é a segunda região onde mais ocorrem Roubos e Furtos.

A região Sul é a segunda maior participação no PIB nacional suas taxas de desemprego, razão de renda e proporção dos pobres registram os menores índices. A respeito da criminalidade esta região registra o maior número de Furtos de Veículos do país nos três últimos anos.

Na tentativa de explicar se existe ou não alguma relação entre crime e desemprego ou má distribuição de renda, resgata-se na tradição Economia do Crime. Comparando o mercado legal e ilegal do trabalho, no qual os indivíduos poderiam optar por um deles na medida em que fossem buscar suprir suas necessidades, talvez os indivíduos decidiram por cometer atos ilícitos. No Brasil, referindo-se apenas aos indicadores relacionados, pode-se, através dos dados apontados nas tabelas, mapas e gráficos, confirmar que existem problemas desemprego e desigualdade de renda. Nessa maneira os indivíduos poderiam ser levados, a atitudes desesperadas, por exemplo, como cometer um crime como um Furto ou Roubo. Seria a possibilidade de obter rendimentos, os quais não estão sendo adquiridos por forma legal de trabalho. O autor Gary Becker apresenta como uma escolha racional, ou seja, o fato de o criminoso pensar nas conseqüências antes de cometer um ato ilícito, todavia, levaria em conta o fato de estar sem rendimentos e salários, dessa maneira o autor refere-se a maximização da utilidade esperada, justificando um possível aumento de alguns tipos de crimes em períodos de recessão econômica.

Quando se observa a realidade brasileira, percebe-se que embora não se possa afirmar que existe relação entre crime e desemprego ou má distribuição de renda, pode-se dizer que, nos estados onde estes níveis são altos, ocorreram crescimentos das ocorrências de crimes principalmente em relação ao patrimônio. Outros tipos de crimes como os homicídios, lesões corporais, considerados crimes contra a pessoa, cresceram menos ou até mesmo diminuirão ao longo do período

abordado. Segundo estudos feitos por WAISELFISZ, estão relacionados a outros fatores.

Ao longo do estudo feito percebeu-se que somente estes dados socioeconômicos não seriam suficientes para explicar um aumento da criminalidade no Brasil na última década. A criminalidade no território brasileiro poderia ser explicada por muitas variáveis entre elas o aumento da taxa de desemprego, a falta de recursos suficientes para a manutenção das famílias, as diferenças sociais e até mesmo a falta de estrutura de alguns estados para que houvesse maior possibilidade de emprego e renda.

6 - CONCLUSÃO.

Através de dados agregados pôde-se perceber uma possível relação entre um aumento da taxa de desemprego e um aumento dos crimes como furtos e roubos, em determinados locais. Também se observou que nos locais nos quais foram registradas as maiores discrepâncias em relação aos rendimentos da população, da mesma forma ocorreu um aumento do número de ocorrências de crimes contra a propriedade. Em alguns casos isto não se verifica, como por exemplo no Piauí e Maranhão, onde os índices de pobreza e renda *per capita* são um dos mais baixos do Brasil, todavia, os crimes contra o patrimônio e pessoa, não tem tanta incidência mostrando assim outro cenário. Poderia neste caso, a realidade ser contrária a teoria, onde as pessoas mesmo com dificuldades financeiras não estariam sendo levadas a cometer crimes, principalmente contra a propriedade dessa maneira suprindo a falta de renda.

No caso dos crimes contra a pessoa, homicídios e lesão corporal, os quais foram citados neste trabalho, não se pode confirmar que existe alguma relação entre o aumento dos mesmos e algum indicador referenciado. Outros fatores mais relevantes do que à má distribuição de renda e desemprego podem explicar ou justificar tais aumentos. Fica evidente a complexidade de se abordar um assunto como a criminalidade e explicá-la através de apenas algumas variáveis.

Os estados do Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro, podem ser citados em relação a uma possível tendência de se relacionarem em alguns momentos, os aumento de roubos e ou furtos e o desemprego ou má distribuição de renda.

Procurando fazer um estudo exploratório afim de, resgatar a realidade brasileira, de maneira despretensiosa, aponta-se para uma situação em que a teoria nem sempre se aproxima da realidade. Neste contexto, sugerem-se novos estudos, mais aprofundados a este respeito, para que assim de fato seja possível chegar a resultados conclusivos no que concerne à tendência da criminalidade em relação ao desempenho sócio-econômico.

REFERÊNCIAS:

CERQUEIRA, Daniel e LOBÃO, Waldir, IPEA (2003a). Determinantes da Criminalidade: uma resenha dos modelos teóricos e resultados empíricos IPEA. Texto para discussão n.956.

CERQUEIRA, Daniel e LOBÃO, Waldir, IPEA (2003b). Condicionantes Sociais, Poder de Polícia e o Setor de Produção Criminal. IPEA. Texto para discussão n. 957.

FERNANDEZ, José Carrera, (2002) e PEREIRA, Rogério. A economia do crime: uma abordagem a partir da região policial da grande São Paulo.

WASELFISZ; Julio Jacobo. Mapa da violência IV. Os Jovens no Brasil. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2004.

SENASP. Boletim de Ocorrência da Secretaria Nacional de Segurança Pública. Ano 1 n_ 0-2º Semestre 2002. Disponível na internet no endereço: <http://www.mj.gov.br/senasp> acesso 18/10/2004.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. (SENASP). Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública. Última conferência da Base de dados em 24/06/2003.

IBGE – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, 2002.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.mj.gov.br/senap/estatisticas> acesso 24/06/03.

<http://www.mj.gov.br/senap/rls260603%20mapacrime.htm> acesso 27/06/03.

<http://taonet.datasus.gov.br/cgi/idb2003/b03def> acesso 17/10/04.

<http://taonet.datasus.gov.br/cgi/idb2003/b04htm> acesso 17/10/04.

<http://taonet.datasus.gov.br/cgi/idb2003/b05.htm> acesso 17/10/04.

<http://taonet.datasus.gov.br/cgi/idb2003/b06.htm> acesso 17/10/04.

<http://www.mj.gov.br/senap/mapa/rel/roub01.htm> acesso 18/10/04.

<http://www.mj.gov.br/senap/mapa/rei/furt01.htm> acesso 18/10/04.

<http://www.mj.gov.br/senap/mapa/rel/cvcp01.htm> acesso 18/10/04.

<http://www.mj.gov.br/senap/mapa/rei/1c01.htm> acesso 18/10/04.

<http://www.mj.gov.br/senap/mapa/rel/ems01.htm> acesso 18/10/04.

<http://www.coepbrasil.org.br/combate/combate.asp?img=tabela310.jpg> acesso 23/10/04.